

# 7<sup>a</sup> Assembleia Plenária FIPA Relatório

Cidade do México, México  
17 - 19 de novembro de 2010





# Índice

Agradecimento .....	3
1. Introdução .....	4
2. Sessão de Abertura .....	4
3. Primeira Sessão da Assembleia Plenária .....	5
4. Sessão Final da Assembleia Plenária .....	8
5. Encerramento .....	11
Apêndices .....	12
Apêndice 1 - Lista de Participantes .....	12
Apêndice 2 - Agenda da Sétima Assembleia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), 17 - 19 de novembro de 2010, Cidade do México, México .....	14
Apêndice 3 - Relatório Anual do Presidente do FIPA, Honorável Luiz Carlos Hauly, Membro da Câmara de Deputados, Brasil .....	18
Apêndice 4 - Biografias dos Especialistas Convidados .....	20
Apêndice 5 - Relatórios finais e Recomendações dos Grupos de Trabalho .....	23
Grupo de Trabalho 1: Preparação e Resposta aos Desastres Naturais e Causados pelo Homem e às Situações de Emergência - Relatório Final e Recomendações .....	23
Grupo de Trabalho 2: Segurança Regional e Crime Transnacional - Relatório Final e Recomendações .....	25
Grupo de Trabalho 3: Participação da Sociedade Civil no Fortalecimento da Democracia - Relatório Final e Recomendações .....	28
Sexta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas - Relatório Final e Recomendações .....	31
Apêndice 6 - Resoluções e Declarações da Sétima Assembleia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) .....	37
Resolução FIPA/PA7/2010/RES.1: Vaga no Comitê Executivo para a sub-região da América do Norte .....	37
Resolução FIPA/PA7/2010/RES.2: Ampliando o Uso de "FIPA-ParlAmericas" .....	37
Resolução FIPA/PA7/2010/RES.3: Paraguai tem dois assentos no Comitê Executivo .....	37
Declaração FIPA/PA7/2010/DEC.1: Condenar a Violência no Equador .....	37
Apêndice 7 - Membros do Comitê Executivo do FIPA 2010–2011 .....	39

## Agradecimento

A Secretaria Técnica do FIPA gostaria de manifestar seu profundo agradecimento ao Senado do México, em particular à senadora Adriana González Carrillo, e à equipe da Agência de Coordenação de Relações Exteriores e Relações Parlamentares do Senado mexicano por sua colaboração na organização da Sétima Assembleia Plenária do FIPA.

Também gostaríamos de manifestar nosso sincero agradecimento aos palestrantes convidados e às secretárias dos grupos de trabalho por sua valiosa contribuição nas sessões de trabalho.

Ignacio González CPPAN Senado do México



Delegados da 7ª Assembleia Plenária – Fotografia Oficial

## 1. Introdução

Em resposta a um gentil convite do Senado do México, a Sétima Assembleia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) foi realizada nos dias 17 - 19 de novembro de 2010.

O tema geral deste evento foram Os Novos Desafios das Américas no Século XXI. Este importante evento reuniu cerca de 40 parlamentares que participaram como delegados oficiais de 12 países das Américas, e um país representante como observador permanente. (Veja apêndice 1 com a lista de participantes.)

## 2. Sessão de Abertura

A cerimônia de abertura da Sétima Assembleia Plenária foi realizada na quarta-feira, 17 de novembro de 2010, no Pátio Central do Senado do México.

A sessão começou com um discurso de boas-vindas proferido pelo **Honorável Manlio Fabio Beltrones, Presidente do Senado do México**. O senador Beltrones destacou a importância da Assembleia, ressaltou que seu trabalho e resultados contribuiriam para reforçar os mecanismos criados pelos parlamentares e pelos governos da região para fortalecer a luta contra o crime.



Ignacio González CPPAN Senado do México

Convidados de Honra – Cerimônia de Abertura

A cerimônia seguiu com observações do **Senador José González Morfín, Presidente do Conselho de Coordenação Política do Senado do México**. O senador González apelou ao trabalho do FIPA para fortalecer ações conjuntas que transmitam a vontade política necessária de modo que a batalha contra o crime organizado se traduza em ações concretas e estratégias que porão um fim a “este flagelo que afeta tanto nossas famílias e nossos países”.

Ele foi seguido pela **Ministra Mexicana de Relações Exteriores, Embaixadora Patricia Espinosa Cantellano**. A embaixadora Espinosa declarou que o maior desafio regional é a urgente necessidade de consolidar a democracia para desenvolver práticas regulares e comuns, e instituições abertas e transparentes, de forma a assegurar a participação e o apoio dos cidadãos na construção de sociedades prósperas e justas.

A cerimônia prosseguiu com observações do **Deputado Mexicano Amador Monroy Estrada, Vice Presidente da Câmara de Deputados do México**, que destacou que os legisladores mexicanos na Câmara Baixa estão interessados em harmonizar as políticas para fomentar o comércio internacional e incentivar a segurança, assuntos que têm distintos impactos nas regiões em todo o hemisfério.

A **Senadora mexicana Adriana González Carrillo, Representante da Assembleia Plenária do País Anfitrião no Comitê Executivo do FIPA**, foi convidada a falar. A senadora González declarou que a Assembleia Plenária representa a oportunidade de solidificar o processo de fortalecimento institucional nas Américas, uma vez que incentiva as reformas necessárias para intensificar o estado de direito, promover o comércio justo que apóie o desenvolvimento e reduzir os efeitos das mudanças climáticas e das pandemias.

O **Honorável Luiz Carlos Haully, Presidente do FIPA e Membro da Câmara de Deputados do Brasil**, proferiu seu discurso na Assembleia. O presidente Haully agradeceu ao Senado mexicano sua generosidade por receber o evento. Falando sobre sua integração hemisférica, reforçou que um Parlamento das Américas tem o potencial de se tornar realidade. “Somos 35 países, com um bilhão de pessoas

na região”, disse, “que temos o direito de sonhar com a integração em todos os sentidos”.

## 3. Primeira Sessão da Assembleia Plenária

### 3.1 Consideração da Agenda

O presidente Luiz Carlos Haully inaugurou a sessão com a apresentação de uma agenda tentativa. A agenda foi adotada com unanimidade pela Assembleia Plenária. (Veja Apêndice 2 com a agenda da Assembleia Plenária.)

### 3.2 Eleição do Presidente da Sétima Assembleia Plenária

O presidente Haully, então, encabeçou a eleição do Presidente da Sétima Assembleia Plenária. A Senadora mexicana Adriana González Carrillo, Representante da Assembleia Plenária do País Anfitrião no Comitê Executivo do FIPA, foi eleita por aclamação.

### 3.3 Relatório Anual

O presidente Haully foi convidado a apresentar o relatório anual do FIPA, que resume o trabalho do Comitê Executivo e da Secretaria Técnica em 2009-2010.

O presidente Haully começou seu relatório compartilhando os resultados das principais atividades do FIPA. Entre essas, o *workshop* de Comércio para Parlamentares, A Rodada de Doha: Os Desafios e as Oportunidades para a Região, que foi organizada em conjunto com a Organização Mundial do Comércio (OMC) e sediada pelo Senado do México em maio; e a Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas, Mulheres no Poder: Desafios para o Século XXI, que foi realizada pela Assembleia Nacional do Equador, em agosto de 2010, em Quito. Também destacou a participação da delegação do FIPA na 40ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em junho em Lima, e mencionou que o Comitê Executivo realizou três reuniões durante o ano, primeiro em janeiro, no Panamá, depois em junho, em Assunção, e no dia anterior à Assembleia Plenária, na Cidade do México.

O presidente Haully também informou a assinatura de um acordo de contribuição entre a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI), o Centro Parlamentar do Canadá (CPC) e o FIPA para um fluxo constante de trabalho com o objetivo de Fortalecer o Papel dos Parlamentares em um Governo Democrático e o Desenvolvimento Sustentável nas Américas. Anunciou também que o CPC e o FIPA assinaram um Memorando de Entendimento que facilitaria a execução de atividades previstas segundo o acordo de contribuição e falou sobre um exercício de avaliação inicial de necessidades realizado entre os países membros, com base no qual serão desenvolvidas atividades de construção de capacidade.

O presidente Haully abordou depois questões administrativas, informando em particular a revisão e a implementação de uma nova estratégia de comunicação para o FIPA, que se concentra em atualizar e modernizar o website e desenvolver uma nova imagem e logo para a organização. Informou também as mudanças na equipe na Secretaria Técnica e as taxas regulares e as contribuições especiais que receberam de parlamentos-membros e outras organizações ao longo do último ano.

O relatório foi aprovado pela Assembleia Plenária. (Veja Apêndice 3 com o Relatório Anual completo.)

### 3.4 Estabelecimento dos Grupos de Trabalho

Conforme recomendado pelo Comitê Executivo do FIPA, o Presidente da Assembleia Plenária propôs o estabelecimento dos seguintes grupos de trabalho:

#### Grupo de Trabalho 1: Preparação e Resposta aos Desastres Naturais e Causados pelo Homem e às Situações de Emergência

Presidente: Víctor Juliao III, Representante da América Central no Comitê Executiva do FIPA, Membro da Câmara de Deputados do Panamá

Especialistas Convidados: Jeremy Collymore, Diretor Executivo, Agência Caribenha de Desastre e Emergência (CDEMA)

Ricardo Mena, Coordenador Regional, Estratégia Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas (UNISDR)

#### Grupo de Trabalho 2: Segurança Regional e Crime Transnacional

Presidente: Carlos Roger Caballero Fioro, Membro do Senado do Paraguai

Especialistas Convidados: Gerardo Rodríguez Sánchez Lara, Membro, Coletivo de Análise de Segurança com Democracia, Cidade do México, México

Dr. Athanasios Hristoulas, Professor, Departamento de Relações Exteriores, Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAM), Cidade do México, México



Ignacio González CPPAN Senado do México

Presidente do FIPA, Deputado Luiz Carlos Haully (Brasil) na Cerimônia de Abertura

### Grupo de Trabalho 3: Participação da Sociedade Civil no Fortalecimento da Democracia

Presidente: Randy Hoback, Representante da América do norte no Comitê Executivo do FIPA, Membro do Parlamento do Canadá

Especialistas Convidados: Dr. Philip Oxhorn, Professor e Diretor-Fundador, Instituto para o Estudo do Desenvolvimento Internacional (ISID), McGill University, Montreal, Canadá

Koebel Price, Assessor Sênior, Programa de Participação Cidadã, Instituto Democrático Nacional (NDI), Washington D.C., Estados Unidos

A senadora González também convidou todos os parlamentares a participarem de uma segunda sessão da **Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas** a ser realizado na manhã do dia 18 de novembro de 2010 e presidida pela Presidente do Grupo, Linda Machuca Moscoso, Membro da Assembleia Nacional do Equador. (Veja Apêndice 4 com as biografias dos especialistas convidados.)

### 3.5 Outros Assuntos

O Presidente explicou aos participantes que eleições seriam realizadas para preencher os seguintes cargos:

- País Anfitrião da Oitava Assembleia Plenária; e
- Um representante para cada uma das quatro sub-regiões: Caribe, América Central, América do Norte e América do Sul.

Além disso, o Comitê Executivo apresentou uma resolução que, dada a importância da liderança da América do Norte em conquistar os objetivos do FIPA e no Comitê Executivo, e devido à ausência dos Estados Unidos da América nas atividades do FIPA, o México será designado para preencher a vaga deixada pelos Estados Unidos da América, a terminar na 8ª Assembleia Plenária. A resolução foi aprovada pela Plenária.



Ignacio González GPAN Senado do México

Da esquerda para a direita : Especialista Gloria Young (Panamá) e Linda Machuca, Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares e Membro da Assembleia Nacional do Equador

O Presidente convidou os delegados a lerem as regras de procedimento e utilizarem os formulários de indicação disponíveis em seus documentos da Plenária.

### 3.6 Apresentação Especial: Desafios para as Américas — Dr. Roberto Newell, Diretor do Instituto Mexicano de Competitividade A.C.

O Presidente apresentou o Dr. Newell, que fez uma forte palestra sobre os desafios que as Américas enfrentam no contexto da economia global. Falou sobre o impacto da crise econômica global, mencionando que o mundo mudou para sempre como consequência disso e que as realidades políticas devem se adaptar obrigatoriamente. Ressaltou as sérias mudanças que aconteceram no padrão de vida das famílias consumidoras nos Estados Unidos da América, citando algumas estatísticas da crise econômica global. Dr. Newell falou sobre as mudanças nos hábitos de consumo nos Estados Unidos e em outros países e como isso, por sua vez, impacta na economia global. Concluiu fazendo diversas recomendações para os países na América,



concentrando-se em especial na necessidade de investir no capital humano para assegurar que o hemisfério continue relevante e competitivo na instável economia global.

Depois de uma estimulante discussão, que incluiu várias perspectivas sobre as Américas, a Sessão Plenária foi encerrada.

## 4. Sessão Final da Assembleia Plenária

A sessão final da Sétima Assembleia Plenária foi realizada na manhã de sexta-feira, 19 de novembro de 2010.

### 4.1 Relatórios dos Grupos de Trabalho e Consideração de Recomendações

A Presidente da Assembleia Plenária, a senadora mexicana Adriana González Carrillo, convidou os presidentes dos grupos de trabalho a apresentarem resumos das deliberações realizadas dentro de seus respectivos grupos e as recomendações que serão encaminhadas para a consideração da Assembleia Plenária. *(Veja Apêndice 5 com os relatórios completos e as recomendações dos grupos de trabalho.)*

#### 4.1.1. Grupo de Trabalho 1: Preparação e Resposta aos Desastres Naturais e Causados pelo Homem e às Situações de Emergência

Víctor Julio III, Membro da Câmara de Deputados do Panamá e membro do Comitê Executivo do FIPA representando a América Central, tomou a palavra para apresentar o relatório e as recomendações do Grupo de Trabalho sobre Preparação e Resposta aos Desastres Naturais e Causados pelo Homem e às Situações de Emergência. Oito parlamentares de seis países-membros participaram desse grupo de trabalho.

Destacou a participação dos especialistas convidados, Ricardo Mena, Chefe do Escritório para a América Latina e Caribe, Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas (UNISDR), e Jeremy Collymore, Diretor Executivo da Agência Caribenha de Resposta a Desastres e Emergências (CDEMA).

O sr. Julio apresentou as recomendações do grupo de trabalho que resultaram de dois dias de discussão e as



Ignacio González CPPAN Senador do México

Senador José González Morfin (México)

encaminhou para consideração da Assembleia Plenária. Durante a discussão subsequente sobre as recomendações, os delegados enfatizaram que os parlamentares devem assegurar que as políticas públicas tenham recursos suficientes para lidar com os desastres. As recomendações foram adotadas pela Assembleia Plenária sem emendas.

#### 4.1.2. Grupo de Trabalho 2: Segurança Regional e Crime Transnacional

O presidente passou a palavra ao senador paraguaio, Carlos Roger Caballero Fioro, que presidiu a discussão do Grupo de Trabalho sobre Segurança Regional e Crime Transnacional. Treze parlamentares de nove países do hemisfério participaram deste grupo de trabalho.

O senador Caballero apresentou os pontos-chaves das palestras dos especialistas convidados, Gerardo Rodríguez Sánchez Lara, do Coletivo para a Análise de Segurança com Democracia, e o Dr. Athanasios Hristoulas, professor do Departamento de Estudos Internacionais do Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAM).

As recomendações adotadas pelo grupo foram encaminhadas para consideração da Assembleia Plenária. Durante a discussão, os parlamentares ressaltaram a necessidade de estabelecer redes mais amplas de cooperação

entre os estados no combate ao crime transnacional. As recomendações foram adotadas sem emendas.

#### 4.1.3. Grupo de Trabalho 3: Participação da Sociedade Civil no Fortalecimento da Democracia

Randy Hoback, Membro do Parlamento do Canadá e membro do Comitê Executivo do FIPA representando a sub-região da América do Norte, apresentou as recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Participação da Sociedade Civil no Fortalecimento da Democracia. Quinze parlamentares de seis países-membros participaram desse grupo de trabalho.

O Sr. Hoback destacou o trabalho dos dois especialistas convidados, Dr. Philip Oxhorn, professor e diretor fundador do Instituto para o Estudo do Desenvolvimento Internacional (ISID) na McGill University, e Koebel Price, Assessor Sênior do Programa de Participação Cidadã no Instituto Democrático Nacional (NDI), em Washington D.C.

As recomendações do grupo foram encaminhadas para consideração da Assembleia Plenária. As recomendações foram adotadas pela Assembleia Plenária com pequenas modificações na redação.

#### 4.1.4. Sexto Encontro do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

À presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, membro da Assembleia Nacional do Equador, Linda

Machuca Moscoso, foi dada a palavra para informar as atividades do grupo ao longo do ano. Machuca falou sobre a reunião Mulheres no Poder: Desafios para o Século XXI realizada em Quito, Equador, nos dias 11–12 de agosto de 2010, que contou com a participação de 45 mulheres parlamentares de 16 países das Américas.

Informou também os resultados da Sexta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares, realizada nas manhãs dos dias 17 e 18 de novembro de 2010 e contou com a participação de 14 delegadas do Canadá, Haiti, Trinidad e Tobago, Dominica, Chile, México, Panamá, Paraguai e Equador. A presidente também ressaltou a participação de Gloria Young, Diretora do Centro de Estudos e Competências em Gênero, do Panamá, como especialista convidada durante a reunião.

A apresentação de Young, sobre a qual as discussões de grupo se basearam, abordaram o progresso, as dificuldades e os desafios das mulheres afro-caribenhas, afro-latino americanas e indígenas na política.

Machuca apresentou as recomendações aprovadas pelo grupo de trabalho, destacando que este conjunto de recomendações concorda plenamente com o conteúdo da Declaração de Quito, emitida pelo Grupo de Mulheres Parlamentares, em agosto de 2010. As recomendações foram adotadas pela Assembleia Plenária com uma pequena emenda.



Apresentações durante a sessão final da Assembleia Plenária



## 4.2 Consideração das Resoluções

Após a análise dos relatórios dos grupos de trabalho, a Assembleia Plenária considerou as resoluções apresentadas pelo Comitê Executivo do FIPA e pelos delegados. (Veja apêndice 6 com os textos completos das resoluções.)

### 4.2.1 Resolução FIPA/PA7/2010/RES.1: Vaga no Comitê Executivo para a sub-região da América do Norte

A Assembleia Plenária já havia apresentado uma resolução no dia 17 de novembro de 2010 sobre o preenchimento da vaga por parte do México no Comitê Executivo devido à ausência dos Estados Unidos da América.

### 4.2.2. Resolução FIPA/PA7/2010/RES.2: Ampliação do uso de “FIPA-ParlAmericas”

O presidente do FIPA, Luiz Carlos Haully, apresentou uma resolução do Comitê Executivo do FIPA que visa promover a integração e a participação do sistema interamericano e contribuir para o diálogo interparlamentar na agenda do hemisfério, assim como aumentar a visibilidade e a relevância do nome FIPA. Esta resolução propõe que, onde for possível, o FIPA passe a ser conhecido como “FIPA-ParlAmericas”.

A resolução foi adotada com unanimidade.

### 4.2.3. Resolução FIPA/PA7/2010/RES.3: Paraguai tem dois assentos no Comitê Executivo

O Presidente apresentou um esboço de resolução no qual autoriza o Comitê Executivo a entrar em entendimento com o Paraguai a abdicar de seu assento como representante da sub-região da América do Sul no Comitê Executivo em favor do Chile, que o ocupará até a Oitava Assembleia Plenária. O motivo para a introdução desta resolução foi a dupla representação do Paraguai no Comitê Executivo, tanto como País Anfitrião da Oitava Assembleia Plenária, assim como representante da sub-região da América do Sul.

A resolução foi adotada com a abstenção de voto por parte do Chile.

### 4.2.4. Declaração FIPA/PA7/2010/DEC.1 “Condenar a Violência no Equador”

Uma resolução foi então apresentada pelo Equador rejeitando e condenando a violência de 30 de setembro de 2010 que ameaçou a ordem constitucional e as instituições governamentais democráticas do país. A resolução fez referência a uma declaração anterior feita pelo presidente Haully, que condenava enfaticamente tais atos e apelava a todos os membros do FIPA que apoiassem a Assembleia Nacional do Equador. A resolução instou a promoção do diálogo regional “de modo a influenciar em conjunto a manutenção da democracia e da paz em cada um dos países”.

A resolução foi adotada por unanimidade.

## 4.3 Eleição dos Membros do Comitê Executivo do FIPA

### 4.3.1. País Anfitrião da Próxima Assembleia Plenária

A Assembleia Plenária aceitou por unanimidade a oferta do Congresso do Paraguai de receber a Oitava Assembleia Plenária do FIPA, em 2011, ano do bicentenário do país. A assembleia também recebeu a proposta do Panamá de organizar a Nona Assembleia Plenária, em 2012.



Senadora Adriana González Carrillo (México)

Ignacio González CIPPAN Senado do México



Ignacio González CPPAN Senado do México

23ª Reunião do Comitê Executivo

#### 4.3.2. Representantes Sub-regionais

O presidente convidou os delegados a elegerem o país que representará sua respectiva sub-região no Comitê Executivo para o período de 2010 –2011. Os seguintes países foram eleitos.

- Para a sub-região da América do Norte: Canadá
- Para a sub-região do Caribe: Haiti
- Para a sub-região da América Central: não foi eleito nenhum país, a vaga continua disponível
- Para a sub-região da América do Sul: Colômbia

(Veja Apêndice 7 com uma lista completa dos membros do Comitê Executivo para 2010 –2011.)

#### 4.4 Outros Assuntos

A Subsecretária Geral das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes, Margareta Wahlström, participou da última sessão da Assembleia Plenária. Ela ofereceu algumas sugestões com relação às recomendações do Grupo de Trabalho 1 com respeito à gestão de desastres e emergências. Além, enfatizou a relevância das mulheres durante essas situações e elogiou os esforços do Grupo de Mulheres Parlamentares nessa questão. Também destacou algumas iniciativas parlamentares recentes que aconteceram na região dentro desse âmbito.

## 5. Encerramento

O presidente Haully agradeceu a cordialidade e a hospitalidade dos organizadores da Assembleia e felicitou o México pelo Bicentenário de sua Independência. Felicitou também a senadora Adriana González Carrillo por seus esforços como presidente do evento e elogiou a participação surpreendente de todos os parlamentares. Expressou também satisfação para com os resultados conquistados por meio das resoluções adotadas.

A presidente parabenizou os membros recém-eleitos do Comitê Executivo e agradeceu a equipe de apoio do evento pela qualidade dos serviços prestados. A senadora González declarou a Assembleia encerrada.



# Apêndices

## Apêndice 1—Lista de Participantes

### DELEGADOS

#### Presidente do FIPA (Brasil)

Luiz Carlos Haully, Membro da Câmara de Deputados

#### Argentina

Julio Cobos, Senador

#### Brasil

José Nery Azevedo, Senador

Francisco de Assis Moraes Souza, Senador

Colbert Martins, Membro da Câmara de Deputados

Mauricio Rands, Membro da Câmara de Deputados

#### Canadá

Terrance Stratton, Senador

Nicole Demers, Membro do Parlamento

Earl Dreeshen, Membro do Parlamento

Randy Hoback, Membro do Parlamento

Peter Julian, Membro do Parlamento

Lawrence MacAulay, Membro do Parlamento

Bev Shipley, Membro do Parlamento

#### Chile

Germán Becker Alvear, Membro da Câmara de Deputados

Mario Bertolino Rendic, Membro da Câmara de Deputados

Nino Baltolú, Membro da Câmara de Deputados

Ricardo Rincón González, Membro da Câmara de Deputados

Cristina Girardi Lavín, Membro da Câmara de Deputados

María Angélica Cristi Marfil, Membro da Câmara de Deputados

#### Colômbia

Germán Blanco Alvarez, Membro da Câmara de Representantes

#### Dominica

Gloria Shillingford, Membro do Parlamento

#### Equador

Rocío Valarezo, Membro da Assembleia Nacional

Linda Machuca Moscoso, Membro da Assembleia Nacional

Gastón Alberto Gagliardo Loor, Membro da Assembleia Nacional

Lídice Larrea, Membro da Assembleia Nacional

#### Haiti

Edmonde S. Beauzile, Senadora

Jean Baptiste Jean Willy, Senador

#### México

Adriana González Carrillo, Senadora

Ricardo García Cervantes, Senador

María Serrano Serrano, Senadora

Jesús Ramírez Rangel, Membro da Câmara de Deputados

Eduardo Bailey Elizondo, Membro da Câmara de Deputados

#### Panamá

Dana Castañeda, Membro da Assembleia Nacional

Víctor Julio III, Membro da Assembleia Nacional

#### Paraguai

Carlos Roger Caballero Fioro, Senador

María Digna Roa, Senadora

#### Trinidad e Tobago

Dr. Fuad Khan, Membro do Parlamento

### OBSERVADORES PERMANENTES

#### República Popular da China

Yao Fei, Membro da Embaixada da República Popular da China

### CONVIDADOS E ESPECIALISTAS

#### Instituto Mexicano para a Competitividade

Dr. Roberto Newell, Diretor

#### Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas (UNISDR)

Ricardo Mena, Chefe do Escritório Regional da América Latina e do Caribe

Margareta Wahlström, Subsecretária Geral das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes

**Agência Caribenha de Resposta a Desastres e Emergências (CDEMA)**

Jeremy Collymore, Diretor Executivo

**Coletivo para a Análise de Segurança com Democracia (CASEDE)**

Gerardo Rodríguez Sánchez Lara, Membro

**Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAM)**

Dr. Athanasios Hristoulas, Professor de Estudos Internacionais

**Instituto para Estudo de Desenvolvimento Internacional (ISID), McGill University**

Dr. Philip Oxhorn, Professor e Diretor Fundador

**Instituto Democrático Nacional (NDI)**

Koebel Price, Assessor Sênior

**Centro de Estudos de Gênero e Competências**

Gloria Young, Diretora

**EQUIPES**

**Parlamento do Canadá**

Leif-Erik Aune, Secretário da Delegação

Aïcha Coulibaly, Analista da Biblioteca do Parlamento

**Senado do México**

Pablo Serrano Vallejo, Diretor Geral de Relações Internacionais

Cecilia Toledo Escobar, Assistente da Senadora Adriana González Carrillo

Christian Allan Bravo Rosales, Assistente da Senadora Adriana González Carrillo

**Senado do Paraguai**

Stella Frutos, Diretora da Comissão de Relações Exteriores do Senado

**SECRETARIA TÉCNICA DO FIPA**

Gina Hill, Secretária Executiva

Viviane Rossini, Assistente Administrativa

Elena Sosa Lerín, Encarregada do Programa de Comunicação



## Apêndice 2— Agenda da Sétima Assembleia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), 17 - 19 de novembro de 2010, Cidade do México, México

### FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS (FIPA) SÉTIMA ASSEMBLEIA PLENÁRIA

17 a 19 de novembro de 2010, Cidade do México, México

#### PROGRAMA

(Conforme adotado pela Assembleia Plenária)

#### Terça-Feira, 16 de novembro de 2010

Chegada dos participantes

Translado do Aeroporto Internacional Benito Juárez da Cidade do México ao hotel sede, Marriott Reforma Hotel

15.00 a 21.00 horas Inscrições e distribuição de documentos  
Saguão do hotel Marriott Reforma Hotel

16.00 a 18.00 horas Reunião dos membros do Comitê Executivo do FIPA  
Salão María Félix, Marriott Reforma Hotel

#### Quarta-Feira, 17 de novembro de 2010

07.30 a 10.00 horas Inscrições (continuação) e café da manhã, Marriott Reforma Hotel

08.30 a 10.00 horas **REUNIÃO DE TRABALHO DO GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS – Sessão 1**

Salão Diego Rivera 1, Marriott Reforma Hotel

*Palestrante:* Gloria Young – Diretora, Centro de Estudos e Competências de Gênero

Podem participar todos os delegados

10.00 a 10.45 horas **Translado ao Pátio Central da sede do Senado da República** (Ponto de encontro: saguão do hotel)

10.45 a 11.15 horas **Fotografia oficial do evento**

11.15 a 12.15 horas **SESSÃO INAUGURAL DA VII ASSEMBLEIA PLENÁRIA**

Pátio central do Senado Mexicano

#### **Mensagens de boas-vindas:**

##### **Senadora Adriana González Carrillo**

Representante do México ante o Comitê Executivo do FIPA

##### **Deputado Luiz Carlos Haully**

Membro da Câmara de Deputados do Brasil e Presidente do FIPA

##### **Ministra Patricia Espinosa Cantellano**

Ministra de Relações Exteriores do México

**Deputado Jorge Carlos Ramírez Marín**  
Presidente da Câmara de Deputados do México

**Senador Manlio Fabio Beltrones Rivera**  
Presidente do Senado do México

**Senador José González Morfín**  
Presidente da Junta de Coordenação Política

12.15 a 12.30 Translado ao Marriott Reforma Hotel

12.45 a 13.30 horas **PRIMEIRA SESSÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA**

Salão Diego Rivera 1, Marriott Reforma Hotel

- Aprovação da ordem provisional do dia
- Eleição do Presidente da Sétima Assembleia Plenária
- Informe anual do Presidente do FIPA
- Apresentação de projetos de resolução/recomendação formulados pelo Comitê Executivo
- Estabelecimento dos grupos de trabalho

13.30 a 14.00 horas Discurso do conferencista convidado. Tema: “Desafios para as Américas”  
**Dr. Robeto Newell**, Diretor do Instituto Mexicano para a Competitividade A.C.

14.00 a 15.30 horas Almoço  
Restaurante La Mansión, Marriott Reforma Hotel

15.45 a 18.45 horas **SESSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO**

Apresentações dos especialistas e início dos trabalhos

**Grupo 1 – Preparação e resposta aos desastres naturais e humanos e às situações de emergência**

Salão Diego Rivera 1

**Jeremy Collymore**, Diretor Executivo, Agência Caribenha de Gestão de Desastres e Emergências

**Ricardo Mena**, Coordenador, Escritório Regional das Américas. Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (UNISDR)

**Grupo 2 – Segurança regional e crime transnacional**

Salão Diego Rivera 2

**Gerardo Rodríguez Sánchez Lara**, Membro, Cooperativa de Análise da Segurança com Democracia

**Dr. Athanasios Hristoulas**, Professor, Departamento de Estudos Internacionais ITAM

**Grupo 3 – Participação da sociedade civil no fortalecimento da democracia**

Salão Rufino Tamayo

**Dr. Philip Oxhorn**, Diretor e Fundador, Instituto de Estudos de Desenvolvimento Internacional, McGill University

**Koebel Price**, Assessor Sênior, Programa de Participação Cidadã, Instituto Democrático Nacional (NDI)



- 19.00 a 19.30 horas      Translado do hotel sede ao restaurante Hacienda de los Morales
- 19.30 a 21.30 horas      Jantar  
Hacienda de los Morales, jantar oferecido pela Câmara de Deputados

### Quinta-Feira, 18 de novembro de 2010

- 07.30 a 10.00 horas      Café da manhã  
Restaurante Condimento, Marriott Reforma Hotel
- 08.30 a 10.00 horas      **REUNIÃO DE TRABALHO DO GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS – Sessão 2**  
Salão Diego Rivera 1, Marriott Reforma Hotel  
Podem participar todos os delegados
- 10.00 a 13.00 horas      **SESSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO**  
Reinício dos trabalhos  
Elaboração das recomendações
- Grupo 1 – Preparação e resposta aos desastres naturais e causados pelo homem e às situações de emergência**
- Grupo 2 – Segurança regional e crime transnacional**
- Grupo 3 – Participação da sociedade civil no fortalecimento da democracia**
- 13.00 a 14.30 horas      Almoço  
Restaurante La Mansión, Marriott Reforma Hotel
- 14.30 a 17.30 horas      **SESSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO**  
Finalização e aprovação das recomendações para apresentação em plenária
- Grupo 1 – Preparação e resposta aos desastres naturais e causados pelo homem e às situações de emergência**
- Grupo 2 – Segurança regional e crime transnacional**
- Grupo 3 – Participação da sociedade civil no fortalecimento da democracia**
- 17.30 a 19.00 horas      Livre
- 19.00 a 19.30 horas      Translado do hotel sede ao Instituto Matias Romero
- 19.30 a 21.30 horas      Jantar, Pátio central do Instituto Matias Romero, oferecido pela Secretaria de Relações Exteriores

## Sexta-Feira, 19 de novembro de 2010

07.30 a 10.00 horas Café da manhã  
Marriott Reforma Hotel

10.15 a 13.15 horas **SEGUNDA SESSÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA**  
Apresentação e considerações sobre as recomendações dos grupos de trabalho

- Considerações sobre outros projetos de resoluções/recomendações
- Eleição do novo Comitê Executivo
- Eleição do país anfitrião para a próxima Assembleia Plenária
- Encerramento

13.15 a 14.45 horas Almoço  
Marriott Reforma Hotel

Reunião do novo Comitê Executivo do FIPA  
Salão María Félix, Marriott Reforma Hotel

## Sábado, 20 de novembro de 2010

Atividades opcionais para os parlamentares que desejarem participar das comemorações do Centenário da Revolução Mexicana



## Apêndice 3— Relatório Anual do Presidente do FIPA, o Honorável Luiz Carlos Hauly, Membro da Câmara de Deputados, Brasil

Original: Inglês – Português

Tenho o prazer de compartilhar com os senhores as conquistas de 2009-2010 do Fórum Interparlamentar das Américas. Como presidente do FIPA, estou especialmente satisfeito de ver o progresso que fizemos em diversos elementos-chaves dos objetivos que estabelecemos quando revisamos as regulamentações do FIPA na 6ª Assembleia Plenária, no ano passado.

### Workshop sobre Comércio da OMC – Rodada de Doha: Desafios e Oportunidades para a Região

Em maio, o Senado do México organizou o workshop “A Rodada Doha: Desafios e Oportunidades para a Região”. Houve uma participação de alto nível, com 37 representantes de 16 países, incluindo presidentes e porta-vozes de três câmaras legislativas.

### Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

O Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas realizou uma reunião exitosa em agosto deste ano. O evento, intitulado “Mulheres no Poder: Desafios para o Século XXI”, foi organizado pela Assembleia Nacional do Equador. Delegados de 16 países das Américas discutiram os direitos das mulheres dentro dos seguintes temas:

- Exercendo o Poder: A Experiência de uma Mulher Política
- Mulheres, Política e Diversidade
- Mulheres na Política e na Mídia: Uma Relação Confusa?
- A Situação dos Direitos das Mulheres no Hemisfério: Uma Visão Crítica sobre as Legislações Nacionais

### Agenda Interamericana: Assembleia da OEA

Uma delegação do FIPA participou da 40ª Sessão Regular da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Lima, Peru, nos dias 6-8 de junho. A agenda da delegação incluiu uma reunião com o Secretário Geral da OEA, José Miguel Insulza. Continuamos buscando oportunidades de melhorar nossos esforços para aumentar a colaboração entre o FIPA e a OEA.

### Acordo de Contribuição da ACIDI – CIDA e o MDE como Centro Parlamentar do Canadá

Estou particularmente contente de anunciar que em janeiro deste ano, foi assinado um acordo de contribuição entre a ACIDI (Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional), o FIPA e o Centro Parlamentar do Canadá, para a implementação do projeto intitulado “Fortalecendo o Papel dos Parlamentares nos Governos Democráticos e o Desenvolvimento Sustentável nas Américas”. Este investimento plurianual permite que o Centro Parlamentar apóie o FIPA de várias maneiras, incluindo o desenvolvimento de programas de treinamento e a elaboração de uma estratégia para conquistar a sustentabilidade financeira.

Em conjunto com esse desenvolvimento, o FIPA assinou um Memorando de Entendimento (MDE) com o Centro Parlamentar, que define a relação entre as duas organizações.

Esses dois acordos permitirão que o FIPA se concentre em serviços e produtos mais necessários e requisitados pelos parlamentares em nosso hemisfério, incluindo algumas das atividades relatadas aqui.

No último ano, também recebemos um apoio constante do Parlamento do Canadá e o financiamento para alguns projetos específicos por parte das seguintes organizações:

- Organização Mundial do Comércio
- Kinross Aurelian

### Avaliação de Necessidades de Capacitação

Como parte de um novo programa de construção de capacitação desenvolvido pelo FIPA e pelo Centro Parlamentar Canadense, foi realizada uma avaliação de necessidades nos países do nosso hemisfério. Os resultados se basearam em entrevistas realizadas com equipes parlamentares e outros interlocutores no Equador, Guatemala, Jamaica, Panamá, Santa Lúcia e Washington D.C. e em resposta a uma pesquisa on-line encaminhada aos parlamentos do hemisfério.

Com base nos resultados obtidos, o Comitê Executivo concordou que uma atividade sobre um panorama geral parlamentar, em particular na medida em que se relaciona com o controle de processos de orçamentos e

transparência das contas públicas, seria muito útil e que tal atividade deveria ser preparada para o futuro próximo.

### Revisão das Estratégias de Comunicação

O FIPA conduziu uma revisão de nossa estratégia de comunicação e um plano de ação foi proposto. Alguns dos desafios a serem enfrentados pela Secretaria Técnica são: administrar informações em quatro idiomas, inconveniências tecnológicas e limitação de tempo. Essas dificuldades se tornam maiores com as rápidas mudanças na tecnologia e seus efeitos na comunicação (por exemplo, redes sociais, wikis, podcasts, Blackberries, iPhones).

A estratégia proposta em 2010 enfoca a atualização e a modernização do website, a implementação de um Sistema de Gestão de Conteúdo (CMS por sua sigla em inglês) e o desenvolvimento de uma nova imagem para o site. A Secretaria Técnica está no momento avaliando as opções, identificando as soluções CMS com melhores custos/benefícios e visa ter o novo website pronto no início de 2011.

Outras questões que também exigem atenção foram identificadas, incluindo a introdução de um *e-newsletter* para complementar a versão impressa do ParlAmericas, utilizando ferramentas de redes sociais para fortalecer o diálogo entre os membros do FIPA e apresentando novos materiais de informações como kits de mídia e folhetos informativos.

Além disso, o Comitê Executivo lançou um concurso para o desenho do novo logo do FIPA como parte da modernização da imagem da instituição. Ainda há tempo de enviar um desenho criativo – incluindo o novo do FIPA nos quatro idiomas!

### Revisão da Estratégia Financeira

Ao mesmo tempo em que o FIPA assegurou o acordo de contribuição com a ACDI, um dos resultados específicos segundo este investimento é que o FIPA deva ser financeiramente sustentável. Como resultado, o FIPA realizará uma revisão de nossa estratégia financeira com o objetivo de sustentabilidade a longo prazo. Parte dessa revisão incluirá a reavaliação da atual estrutura de taxas para os parlamentos membros do FIPA.

Gostaria de agradecer aos países que pagaram suas taxas e incentivar a todos que se certifiquem de que seu país fez

sua contribuição para o ano de 2009-2010, e que paguem assim que possível as taxas para 2010-2011, uma vez que estes fundos são essenciais para o trabalho do FIPA e o apoio que recebemos da Secretaria Técnica.

### Reuniões do Comitê Executivo anteriores à Plenária

Na Cidade do Panamá, Panamá, em janeiro de 2010, e em Assunção, Paraguai, em junho deste ano. Também tivemos uma breve reunião antes do início da Plenária esta semana. Grande parte de nossa agenda nessas reuniões se concentrou nos preparativos para esta Assembleia Plenária, mas também realizamos tarefas de governança fundamentais, como a manutenção do panorama geral das atividades e das finanças do FIPA e ampliamos as atividades para aumentar a presença do FIPA nos sistemas interamericanos. Para tanto, membros individuais do CE participaram de inúmeras atividades regionais em nome do FIPA. Por exemplo, participei do Primeiro Fórum da Frente Parlamentar contra a Fome, em março; Randy Hoback, Membro do Parlamento do Canadá, participou de uma missão de comércio no Congresso da Argentina em março; e Linda Machuca participou de dois eventos em nome do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas.

### Período de Transição na Secretaria Técnica do FIPA

Desde nosso último encontro na Plenária de Ottawa, houve importantes mudanças na equipe da Secretaria Técnica do FIPA. Em janeiro deste ano, Elena Sosa Lerin foi contratada como nova Encarregada de Comunicação e Viviane Rossini entrou como Assistente do Programa. Em agosto, Emmanuelle Pelletier, há muitos anos nossa Secretária Executiva, deixou o FIPA por uma nova oportunidade profissional. Somos muito gratos a Emmanuelle pelos anos de dedicação ao FIPA e lhe desejamos muito sucesso em suas próximas empreitadas.

Em outubro deste ano, Gina Hill assumiu como nova Secretária Executiva e Encarregada do Programa do FIPA.

Elena, Viviane e Gina estão aqui hoje e terão o prazer de falar com os senhores durante a Plenária. Gostaria de estender meus sinceros agradecimentos a meus colegas e a todos os parlamentos-membros do FIPA. Espero que continuemos obtendo grandes conquistas juntos.

Obrigado.



## Apêndice 4—Biografias dos Especialistas Convidados

**Jeremy Collymore, Diretor Executivo  
Agência Caribenha de Resposta a  
Desastres e Emergências (CDEMA)  
St. Michael, Barbados**

Jeremy Collymore goza de 30 anos de serviço na área de gestão de desastre. Exerceu várias funções e contribuiu para a pesquisa relacionada com a gestão de desastre, o planejamento e o desenvolvimento de políticas.

Durante os anos de 1989 a 1991, trabalhou como Especialista do UNDR (atual OCHA) para Desastres Pancaribenhos e projetos de prevenção. Também trabalhou em parceria com várias agências regionais e internacionais, incluindo Caricom, Nações Unidas, Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento; participou de vários estudos técnicos e avaliações de preparativos e produtos em Gestão de Recuperação pós Desastres no Caribe, Seicheles e na América Central. Collymore trabalhou em diversos grupos de trabalho e forças tarefas nacionais, regionais e internacionais. Também contribuiu com sua vasta experiência à academia como palestrante no Departamento de Geografias da Universidade das Índias Ocidentais, Jamaica, e como Assistente do Diretor.

Collymore, que atualmente é Diretor Executivo da Agência Caribenha de Resposta a Desastres e Emergências – a agência líder em gestão de desastres no Caribe – continua orientando e influenciando políticas de gestão de desastres, planejamento e projetos em 18 estados participantes. Tem um Mestrado em Geografia e especialização em projeto e planejamento ambiental. Escreveu, publicou e apresentou prolificamente na área de Gestão de Desastres.

**Dr. Athanasios Hristoulas  
Professor de Relações Exteriores  
Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAM)  
Cidade do México, México**

Dr. Athanasios Hristoulas é professor de relações internacionais no Instituto Tecnológico Autônomo do

México (ITAM). Também é coordenador do curso de Segurança Nacional na mesma instituição. É membro do Sistema Nacional de Pesquisadores, nível 1 e tem um doutorado na McGill University em Ciências Políticas, em 1996. Antes de se mudar do Canadá para o México, fez parte do pós-doutorado em Estudos Militares e Estratégicos na Norman Paterson School of International Affairs.

Seus interesses de pesquisa incluem a política de segurança nacional do México, a política estrangeira do Canadá e a cooperação de segurança na América do Norte. Já publicou em periódicos como o *Journal of Politics*, *Etudes International*, *Comercio Exterior* e *Foreign Affairs* em espanhol.

Suas publicações mais recentes incluem dois volumes editados, o primeiro intitulado *Las Relaciones cívico-militar en el nuevo orden internacional* e o segundo, *Canadá: Política y Gobierno en el siglo XXI*. Também publicou diversos capítulos em livros sobre a segurança na América do Norte, incluindo “Trading Places: Canada, Mexico and North American Security” em *The Rebordering of North America*, “Le trilateralisme securitaire en Amerique du Nord: Réve ou Réalité?” em *Le Canada Dans L’Orbit Americaine*, “North American Security and Foreign Policy: Does a Trilateral Community Exist?” em *Politics in North America*, e “From Internationalism to Regionalism: The Evolution of Canadian Foreign Policy in the Post-Cold War era” no *The USA and Canada 2008*.

Recentemente foi convidado pela Associação Internacional de Estudos a contribuir em um capítulo sobre política internacional na América do Norte para o prestigioso *Compendium of International Relations*. Durante o ano acadêmico de 2010-2011, está de licença da Escola de Estudos Políticos, da Universidade de Ottawa.

**Ricardo Mena, Chefe do Escritório Regional das Américas  
Estratégia Internacional para a Redução  
de Desastres das Nações Unidas (UNISDR)  
Cidade do Panamá, Panamá**

Mena é um especialista internacional com mais de 20 anos de experiência em gestão de risco, crise e desastre e há 16 anos trabalha nas Nações Unidas na América Latina, Genebra e Nova York. Antes de se envolver com as Nações Unidas, trabalhou em áreas de preparação e redução de desastres no Equador e em países vizinhos. Tem um

Mestrado em Gestão de Crise e Desastre pela Universidade de Leicester, Reino Unido.

**Dr. Philip Oxhorn**  
Professor Adjunto e Diretor Fundador  
Instituto para Estudo de Desenvolvimento Internacional  
McGill University, Montreal, Canadá

O professor Philip Oxhorn é o diretor fundador do Instituto para o Estudo de Desenvolvimento Internacional da McGill University e Editor-chefe do periódico internacional *Latin American Research Review*. Ex-reitor adjunto (graduação e pós-graduação) na McGill, sua pesquisa se concentra no estudo comparativo da sociedade civil e seu papel de apoio aos regimes democráticos, em particular na América Latina.

As publicações do professor Oxhorn incluem *Organizing Civil Society: The Popular Sectors and the Struggle for Democracy in Chile* (Penn State University Press, 1995), assim como inúmeros artigos e quatro volumes coeditados: *What Kind of Democracy? What Kind of Market? Latin America in the Age of Neoliberalism* (com Graciela Ducatzenzeiler, Penn State University Press, 1998); *The Market and Democracy In Latin America: Convergence or Divergence?* (com Pamela Starr, Lynne Rienner Publishers, 1999); *Decentralization, Civil Society, and Democratic Governance: Comparative Perspectives from Latin America, Africa, and Asia* (com Joseph Tulchin e Andrew Selee Woodrow Wilson Center Press/the Johns Hopkins University Press, 2004); e *Beyond Neoliberalism? Patterns, Responses, and New Directions in Latin America and the Caribbean* (com Kenneth Roberts e John Burdick, Palgrave Macmillan, 2009). No momento, está concluindo um livro intitulado *Sustaining Civil Society: Economic Change, Democracy and the Social Construction of Citizenship in Latin America* (Penn State University Press, ainda por editar).

Professor Oxhorn palestrou extensivamente nas Américas do Sul e do Norte, na Europa Ocidental, na Ásia e na Austrália. Também trabalhou como consultor para o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI), Centro Internacional de Pesquisa em Desenvolvimento (IDRC), Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior do Canadá, Fundação Ford, Carter Center, Woodrow Wilson Center for International Scholars, e a Fundação Canadense

para as Américas. Tem um doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de Harvard.

**Koebel Price, Assessor Sênior**  
Programa de Participação Cidadã,  
Instituto Democrático Nacional (NDI)  
Washington D.C., Estados Unidos

Koebel Price é Assessor Sênior do NDI para participação cidadã. Tem 20 anos de experiência em liderar programas que promovem a transparência e a responsabilidade no governo, no desenvolvimento da sociedade civil e a participação cidadã, construção de coalizão, fortalecimento de partidos políticos e eleições livres e justas.

Price já trabalhou em mais de 25 países como chefe de partido nos programas financiados pelo governo dos Estados Unidos nos Bálcãs, Oriente Médio e Norte da África e administrou os portfólios de democracia e governança de organizações de desenvolvimento internacional. No nível nacional, trabalhou como Político e Diretor Legislativo em Minnesota AFL-CIO – parte do maior sindicato de comércio da América – e liderou campanhas de defesa de bases locais, regionais e nacionais. Price também está ativo na política do Partido Democrático, incluindo sua participação na comissão para a Campanha Coordenada do Partido a nível estadual, em Minnesota, e trabalhou no governo do estado quando foi indicado para o Conselho Tripartite de Assessoria de Indenização do Trabalhador. Fez treinamentos em organização comunitária e fez sua pós-graduação em gestão de ONGs.

Em sua atual função, apoia os esforços do NDI no fortalecimento global da sociedade civil, incluindo a realização de pesquisas, projetos, implementação e avaliação de programas, e relação com doadores. Ele oferece estratégias, ferramentas, técnicas e treinamento a membros da equipe global do NDI e das organizações parceiras para apoiar e fortalecer a organização e o ativismo cidadão em democracias novas e emergentes. Como parte de suas responsabilidades, dedicou boa parte do tempo em campo para avaliar as condições locais, avaliar os programas, treinar a equipe e coletar lições e melhores práticas.



**Gerardo Rodríguez Sánchez Lara**  
Membro, Coletivo de Análise da  
Segurança com Democracia A.C.  
Professor de Terrorismo, Centro de Estudos do  
Exército e da Força Aérea / Instituto Nacional de  
Administração Pública / Universidade Ibero-americana  
Cidade do México, México

Gerardo Rodríguez Sánchez Lara é membro do Coletivo de Análise da Segurança com Democracia A.C., uma rede da sociedade civil especializada em questões de segurança, na qual coordena o projeto Pesquisa sobre a Segurança Nacional no México. É professor de Terrorismo no Centro de Estudos do Exército e da Força Aérea (CEEFA), do Instituto Nacional de Administração Pública (INAP), e da Universidade Ibero-americana (UIA), na Cidade do México. Foi professor no Woodrow Wilson Center em Washington D.C., na Universidade de Defesa Nacional da Áustria, do Collège interarmées de défense (CID) da França, do Centro de Estudos Superiores Navais do México (CESNAV), e da Escola de Inteligência para a Segurança Nacional do México (ESISEN). Coordenou o Seminário sobre Perspectivas Políticas do Instituto Tecnológico Autônomo de México (ITAM) de 2004 a 2007.

Trabalhou como Assessor do Gabinete do Presidente, Ministério das Relações Exteriores e Comissão de Relações Internacionais do Congresso do México. Em 2007, foi auditor da sessão para a América Latina do Instituto de Estudos Superiores de Defesa Nacional da França (IHEDN). Como parte de um programa do Ministério das Relações Exteriores da França, Rodríguez foi convidado em várias instituições de segurança e inteligência. Em 2003, como Membro da Fundação Konrad Adenauer, foi convidado também em instituições de segurança pública e aplicação da lei na Alemanha.

Rodríguez é formado no Instituto de Segurança Nacional dos Estados Unidos da Universidade de Delaware, e no ITAM, em Relações Internacionais. Publicou diversos artigos sobre terrorismo e segurança nacional em publicações como *Foreign Affairs Latinoamérica*, *World Association for Public Opinion and Research*, *a Revista del Ejército y Fuerza Aérea de México*, *o Atlas de la Seguridad y Defensa de México*, e para os jornais mexicanos *Reforma* e *Excélsior*.

**Gloria Young**  
Diretora, Centro de Estudos e  
Competências em Gênero (CECG)  
Presidente, Associação de Mulheres Parlamentares  
e ex Parlamentares da República do Panamá  
Cidade do Panamá, Panamá

Gloria Young é reconhecida ativista sobre questões de gênero. Professora por profissão, foi fundadora do primeiro Centro de Apoio à Mulher Vítima de Abuso do Panamá. Foi professora e pesquisadora da Universidade do Panamá e contribuiu com artigos sobre gênero em revistas e jornais nacionais e internacionais. Em duas oportunidades foi legisladora no Panamá.

É bacharel em Ciência Política e Administração Pública, assim como em Literatura e Teatro pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Mais tarde, obteve um Mestrado em Sistemas de Educação com especialização em Supervisão e Desenvolvimento de Currículo pela Universidade do Panamá.

No passado, colaborou com o FIPA. Em 2005, foi palestrante no Fórum sobre Gênero, na Argentina, apresentando o trabalho, “*Us Who Dare—Contributions to the Debate on Political Violence against Women who aspire to Elected Office*”.

## Apêndice 5— Relatórios e Recomendações dos Grupos de Trabalho

### Grupo de Trabalho 1: Preparação e Resposta aos Desastres Naturais e Causados pelo Homem e às Situações Emergência —Relatório Final e Recomendações

#### RELATÓRIO FINAL

Original: Espanhol

O Grupo de Trabalho sobre “Preparação e resposta aos desastres naturais e causados pelo homem e às situações de emergência” se reuniu na sede do Congresso do México, na Cidade do México, de 17 a 19 de novembro de 2010, com a participação dos delegados do Panamá, Chile, Trinidad e Tobago, Canadá, Brasil e Haiti.

O deputado da República do Panamá, Víctor Julio III, presidiu as sessões do grupo de trabalho que teve como objetivos:

- Estudar o impacto dos desastres e situações de emergência nas Américas e suas implicações para a redução ou o aumento do fator da vulnerabilidade, o qual afeta a capacidade de preparação, resposta e recuperação em emergências e desastres causados tanto pelo homem como pela natureza.
- Identificar os meios através dos quais os países das Américas podem trabalhar em conjunto para desenvolver mecanismos de cooperação e coordenação para superar os desafios apresentados por qualquer tipo de desastres e/ou emergência.

#### APRESENTAÇÕES

Com a finalidade de cumprir com estes objetivos, o Grupo de Trabalho assistiu às apresentações de dois especialistas, o Sr. Ricardo Mena, Diretor do Escritório Regional das Américas – Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (UNISDR), e o Sr. Jeremy Collymore, Diretor Executivo da Agência Caribenha de Gestão de Desastres e Emergências.

Abaixo segue uma síntese das apresentações e do debate:

O Sr. Ricardo Mena começou sua apresentação sobre os desastres a partir de uma perspectiva de desenvolvimento,

abordou o tema da mudança climática e seu impacto, da adaptação e da redução dos riscos de desastre, e desafios e próximos passos.

Destacou os aspectos denominados propulsores da mudança, de tipo econômico, político e de risco. Questionou o porquê de os desastres serem um tema de preocupação para o desenvolvimento, já que o desenvolvimento pode aumentar a vulnerabilidade, por exemplo, os projetos de desenvolvimento nas regiões que não consideram a variável de risco.

Destacou que os desastres podem repercutir nos projetos de desenvolvimento e oferecer oportunidades importantes para os mesmos. Os desastres têm impacto nas nações e obstaculizam a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Também foi questionado como os desastres podem oferecer oportunidades para o desenvolvimento, ao qual respondeu: identificando as zonas de alta vulnerabilidade, reconstruindo de maneira mais segura as zonas que foram afetadas e designando recursos para as áreas de desastres naturais.

Explicou que a mudança climática pode agravar a desertificação, produzir uma queda do PIB e diminuir a produção do sistema de energia hidráulica, entre outros. Houve o questionamento sobre como a mudança climática afeta a América Latina e o Caribe. Considerou que os mais vulneráveis sofrerão mais impactos como consequência da mudança climática, além da perda de fontes de empregos e a diminuição de renda, bem como a insegurança alimentar, secas prolongadas e efeitos na saúde.

Destacou que o Acordo de Ação de Hyogo, adotado pela Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres Naturais das Nações Unidas no ano de 2005, estabelece uma série de áreas prioritárias de ação, tais como: conseguir que a redução de desastres seja uma prioridade; conhecer o risco e tomar medidas; desenvolver uma maior compreensão e conscientização; reduzir o risco, assim como reconhecer a necessidade de estarem preparados para responderem aos desastres.



Enfatizou os desafios diante desta problemática: estimular o envolvimento dos governos neste tema; desenvolver mecanismos mais robustos para a rendição de contas e incluir o risco de desastres dentro das discussões do orçamento. Além de aumentar o nível de consciência das pessoas responsáveis por tomarem decisões; advogar pela construção de uma sinergia entre a adaptação da mudança climática e o risco; incrementar o diálogo com os países doadores com o objetivo de mobilizar recursos; contribuir para a preparação de uma posição comum que possa ser levada a Cancun em dezembro.

O Sr Jeremy Collymore abordou a mudança climática com suas repercussões na região, se concentrou nas perdas dos setores produtivos e sociais, e como último ponto destacou as perdas humanas.

Destacou problemas como os furacões, as secas, os terremotos, as inundações e os deslizamentos de terra, além das implicações que surgem a partir destes.

Mencionou o mecanismo de reforma humanitário global, no qual a Organização das Nações Unidas presta atenção na previsão financeira, além disso, recomendou que cada país tenha uma resposta frente aos desastres naturais. Considerou que há uma cultura global para a ajuda.

Comentou sobre a necessidade do desenvolvimento de uma capacidade de resposta a partir de uma coordenação de esforços de ajuda humanitária em casos de desastre. Também destacou os esforços da região para enfrentar os desastres naturais.

Entre as recomendações, considerou incentivar o desenvolvimento de políticas de risco, fortalecer o desenvolvimento de políticas e estratégias de risco nacional, explorar as oportunidades de investimento em infraestrutura, serviço social e recursos naturais para a redução da vulnerabilidade; a incorporação da informação de redução de riscos nas políticas de investimento e planejamento; que o FIPA estabeleça um programa de apoio em casos de desastres e um especialista no assunto; estabelecer um processo para o monitoramento de ações resultantes das recomendações, além de criar uma rede para identificar alguns riscos.

## DISCUSSÕES

Os participantes compartilharam suas experiências sobre o tema, como os casos do Canadá, Chile e Haiti, a partir das quais se destacou que os países têm diferentes experiências com os desastres naturais e enfrentaram situações específicas, como as tempestades, as inundações, as secas, os furacões e os terremotos. Foi feito um convite à conscientização quanto a esta problemática. Alguns países desenvolvidos apoiaram os países onde os desastres são registrados.

Uma das propostas dos participantes foi a possibilidade de elaborar um plano de política pública de prevenção. Foi comentado que alguns países contam com a informação e a tecnologia adequada para enfrentar tais desastres. Os participantes destacaram o uso da mídia para fazer com que a população e as comunidades internacionais conheçam os riscos. A mudança de atitude diante desta problemática é de grande importância.

Foi considerado que os parlamentares têm de assegurar que as políticas públicas tenham recursos suficientes para enfrentar os desastres naturais. Também foi mencionado que quando as leis forem feitas deve-se contemplar o risco como elemento fundamental e estabelecer uma sanção para aqueles que não as cumprirem.

## RECOMENDAÇÕES

*Adotadas pela Assembleia Plenária do FIPA de 17 a 19 de novembro de 2010.*

Baseando-se nas deliberações do Grupo de Trabalho sobre “Preparação e resposta aos desastres naturais e causados pelo homem e às situações de emergência” ocorridas no contexto da Sétima Assembleia Plenária do FIPA, na Cidade do México, de 17 a 19 de novembro de 2010, e nas considerações expostas por este grupo,

A ASSEMBLEIA PLENÁRIA faz as seguintes recomendações:

1. O FIPA deveria incentivar os parlamentares das nações-membros a assegurarem os programas educativos para seus cidadãos. Tais programas conscientizarão sobre o risco e prepararão os procedimentos para diminuir o risco e os efeitos dos desastres naturais e causados pelo homem e às situações de emergência.

2. O FIPA fomentará os parlamentares a assegurarem a redução dos riscos de desastres, o que será considerado no planejamento dos programas de desenvolvimento como uma prioridade nacional.
  - a. Que cada um dos parlamentos assegurará que os códigos, os padrões de construção e as normas sejam adequados para enfrentar as ameaças naturais e as provocadas pelo homem, nos países-membros.
  - b. Que a formulação dos orçamentos deveria considerar a variável de risco e também garantir que construções importantes como hospitais e escolas cumpram com os padrões de segurança estabelecidos em 2 (a).
  - c. O parlamento deveria assegurar que seu governo realize uma avaliação do impacto ambiental, que inclua os riscos naturais e os provocados pelo homem, nos projetos de desenvolvimento.
  - d. O FIPA deveria motivar o parlamento dos países membros a adotarem políticas que considerem o que foi aprendido a partir de desastres prévios.
3. O FIPA deveria motivar os parlamentos dos países membros a criarem comitês de vigilância para assegurar que recursos e mecanismos para responder às necessidades técnicas e descentralizadas sejam adotados, com o objetivo de cumprir com as demandas do país membro.
4. Analisar e reavaliar as leis existentes sobre o gerenciamento de desastres, de modo que estas expressem a redução do risco de desastres, assim como a adaptação à mudança climática.

#### **PRESIDENTE DO GRUPO DE TRABALHO**

Deputado Víctor Juliao III  
Assembleia Nacional do Panamá

#### **PARTICIPANTES DA SESSÃO DE TRABALHO**

PAÍS	NOME	
Brasil	Deputado	Luiz Carlos Haully
Canadá	M. P.	Earl Dreeshen
Chile	Deputado	Nino Baltolu
Haiti	Senadora	Edmonde Supplice Beauzile
Haiti	Senador	Jean Baptiste Jean Willy
Panamá	Deputada	Dana Castañeda
Panamá	Deputado	Víctor Juliao III
Trinidad e Tobago	M. P.	Dr. Fuad Khan

#### **Grupo de Trabalho 2: Segurança Regional e Crime Transnacional — Relatório Final e Recomendações**

##### **RELATÓRIO FINAL**

Original: Espanhol

O Grupo de Trabalho sobre Segurança Regional e Crime Transnacional se reuniu no Salão Diego Rivera II do Hotel Marriot da Cidade do México, nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2010, e contou com a participação dos delegados do Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Dominica, México, Panamá e Paraguai.

O Senador Carlos Roger Caballero Fioro, do Paraguai, presidiu as sessões do Grupo, que tinha como objetivos:

- Examinar o impacto do crime transnacional nas Américas e suas implicações sobre a segurança e o desenvolvimento da região.
- Identificar os desafios que este fenômeno apresenta; deliberar sobre o papel que as partes interessadas, nacionais e regionais, desempenham; avaliar as medidas a serem tomadas; e ressaltar as oportunidades de intervenção na nova agenda hemisférica.

##### **APRESENTAÇÕES**

Com a finalidade de cumprir estes objetivos, o Grupo de Trabalho assistiu às apresentações de dois especialistas no assunto: o Sr Gerardo Rodríguez Sánchez, Membro Coletivo de Análise de Segurança com Democracia, e o Dr. Athanasios Hristoulas, Professor do Departamento de



Estudos Internacionais do ITAM. Suas apresentações e o debate são resumidos a seguir:

### Sr. Gerardo Rodríguez Sánchez

Começou a exposição mencionando que a agenda da segurança na América Latina é muito complexa devido à diversidade regional, geopolítica, econômica e social que se observa em todo o continente. Apesar de ainda existirem algumas disputas territoriais na região, a probabilidade de que a América Latina seja testemunha de uma guerra entre Estados é mínima.

Por outro lado, as experiências vivenciadas na América do Sul com a proliferação de governos denominados de “Segurança Nacional” e as guerras civis da América Central deixaram marcas profundas no seio das sociedades nacionais. Tais marcas permitem supor que, para os governos, os caminhos da repressão e da violência generalizada já não são viáveis e que as nações latino-americanas não estão dispostas a segui-los em detrimento de seu desenvolvimento.

Ademais, o fenômeno da regionalização ajudou os países a encontrarem maiores benefícios na cooperação para o desenvolvimento.

O Sr. Gerardo Rodríguez comentou algumas características da escola tradicional ou militarista, tais como: a Proteção ao Estado, ou pior, ao “governo da vez”; ameaças externas (ataques armados); ameaças internas (movimentos subversivos); meios militares principalmente; e finalmente que não se deve “assegurar” a agenda de ameaças.

Por outro lado temos a escola ampliacionista, para a qual se deve proteger não só o Estado, senão a população, e também se deve ampliar o espectro de ameaças vinculadas com outras áreas da vida humana, como o desenvolvimento social, político e econômico.

Rodríguez Sánchez propôs uma divisão das ameaças em: tradicionais, intermediárias e agenda ampliada.

- **Tradicionais:** são do exterior, como as intervenções militares, ou de origem interna que puseram em risco as instituições governamentais, como no caso dos movimentos armados de índole revolucionária ou os

golpes de Estado. Cada uma das ameaças tradicionais deve estar catalogada em: intervenções militares, conflitos territoriais, movimentos armados internos e a proliferação de armamento.

- **Intermediárias:** são aquelas que atentam contra um Estado, mas, além disso, afetam diretamente a sociedade e exigem o uso extraordinário de recursos financeiros e humanos (principalmente polícia nacional e forças armadas). As ameaças intermediárias como o narcotráfico, a delinquência organizada transnacional, o terrorismo e as fronteiras, e a migração desordenada prejudicam a população.
- **Agenda Ampliada:** são vulnerabilidades que afetam as populações. O combate a estas “novas ameaças” implica a participação subsidiária das forças armadas. Com relação às ameaças da agenda ampliada, deve-se ter uma agenda sobre vulnerabilidades sociais, refugiados e deslocados internos, desastres naturais e pandemias, e segurança energética econômica.

Finalmente, Gerardo Rodríguez comentou que América Latina é uma região de relativa paz internacional. Porém, os países latino-americanos e caribenhos têm diante de si as novas ameaças a sua segurança caracterizadas principalmente por sua natureza multidimensional que afeta as pessoas de maneira direta. Além disso, nas últimas décadas, foram consolidados os mecanismos regionais de consulta e diálogo político que permitiram melhorar a confiança e a cooperação em matéria de segurança e defesa para enfrentar os temas comuns da agenda de segurança regional.

### Dr. Athanasios Hristoulas

Iniciou sua apresentação comentando que, com o fim da guerra fria, houve uma transição importante na natureza e no desenvolvimento das relações internacionais.

A ameaça do conflito territorial diminuiu consideravelmente, com exceção da Costa Rica e Nicarágua, mas existem outras ameaças como o crime organizado e as ameaças ideológicas. Tudo isto favoreceu a estabilidade democrática e outros assuntos relativos à segurança humana.

A perda de segurança, como acontece no México, deixa exposto um Estado falido, há alguns anos, já que claramente declararam guerra ao narcotráfico.

O estado tem de se reformar, se reforçar e se legitimar com políticas transparentes, com prestação de contas, com uma gestão adequada do setor público para poder entrar no conceito de bom governo.

O palestrante vê uma área de “bom governo” no setor da segurança, no qual devem ser proporcionadas as melhores ferramentas para seguir com as estratégias de pulso firme, uma equipe moderna, treinamento, entre outros. Enquanto existirem agências de segurança, continuarão existindo forças armadas com impunidade e estados judiciais antiquados.

O que significa capacidade, prestação de contas, gestão e sistemas de segurança? A capacidade significa que as forças de segurança estejam corretamente equipadas, mas também com relação a seu nível de educação, sua origem, seu treinamento. No que se refere à prestação de contas, esta se baseia na transparência, na participação, os agentes de segurança têm de ser responsáveis por suas ações.

O terceiro elemento é a gestão, que tem a ver com uma estrutura organizacional das forças policiais e de liderança.

Há três áreas para um apoio bem-sucedido ou uma colaboração regional em temas de segurança.

1. Os países doadores devem assegurar que as autoridades mantenham sua autonomia; a maneira como o dinheiro será distribuído e se o projeto está funcionando ou não devem ser avaliados pelas autoridades locais.
2. Reconhecer que leva tempo, fala-se de até uma geração para que isto possa funcionar. É necessária uma visão a longo prazo e isto pode gerar problemas nos ciclos eleitorais.
3. Um programa regional com visão estratégica; a polícia, o sistema judicial e o sistema penitenciário devem ser reformados ao mesmo tempo, além de não ser possível implementar soluções somente para o México.

O Senador do Paraguai, Roger Caballero, agradeceu ao Sr. Athanasios por sua exposição e abriu o debate para o público que assistiu às palestras.

## DISCUSSÕES

Os participantes discutiram uma ampla gama de questões relativas à Segurança Regional e ao Crime Transnacional. Os distintos países têm diferentes experiências com o narcotráfico e o crime organizado. Os participantes discutiram a descriminalização das drogas; alguns mencionaram que em seu país as drogas foram legalizadas, como no Chile, desde que o consumo seja pessoal. Também houve comentários sobre a necessidade de, por intermédio do FIPA, sugerir à OEA que haja uma sanção quanto à problemática das drogas. Os parlamentares também concordaram que deve haver uma ampla cooperação na luta contra o crime transnacional. O contexto atual, incluindo os fatores como a descriminalização das drogas, a extinção do domínio e a vulnerabilidade dos jovens para cair no crime organizado pela falta de oportunidades nos países, também foi objeto de debate.

## RECOMENDAÇÕES

Adotadas pela Assembleia Plenária do FIPA de 17 a 19 de novembro de 2010.

Os parlamentares participantes do Grupo de Trabalho no. 2 sobre Segurança regional e Crime transnacional propõem as seguintes recomendações:

1. Recomendamos amplamente que a luta contra o crime organizado transnacional, especialmente o tráfico de drogas, exige a cooperação entre os Estados e esta deve acontecer respeitando sua soberania como um princípio fundamental.
2. O FIPA reconhece os crimes transnacionais como uma ameaça às nações porque alimentam outras áreas de delito, por exemplo, lavagem de dinheiro, tráfico de armas, tráfico de pessoas e de órgãos, entre outros. E temos de enfrentá-los com o mesmo compromisso.
3. As autoridades dos Estados devem elaborar códigos que profissionalizem o exercício de uma autoridade pública competente, transparente, com a vigilância adequada e prestação de contas.
4. O combate ao crime organizado e ao narcotráfico não é apenas uma questão de segurança, mas também



de educação e saúde. Os Estados nacionais deverão se esforçar para prevenir o uso e o abuso das drogas. A saúde preventiva e de reabilitação, assim como a educação adequada, são ferramentas primordiais que devem ser fortalecidas no intuito de formar novas gerações com condutas responsáveis e éticas.

5. Elaborar uma compilação de normas e programas preventivos e corretivos para os crimes transnacionais em cada um dos Estados membros do FIPA para observar práticas normativas exitosas que podem ser propostas ou implementadas em cada um deles.
6. As funções do Estado nacional – Legislação, Governo e Justiça – devem ser firmes, coerentes e eficientes na luta contra o crime no intuito de se chegar à segurança regional, ou seja, ações pertinentes para enfrentar o delito.
7. A corrupção é um delito que ameaça a segurança de todos os Estados nacionais e alimenta o crime transnacional, portanto, os governos deverão combatê-la de frente, tomando todas as medidas e ações possíveis para erradicá-la.

#### PRESIDENTE DO GRUPO DE TRABALHO

Carlos Roger Caballero Fioro  
Senador do Paraguai

#### PARTICIPANTES DA SESSÃO DE TRABALHO

PAÍS		NOME
Brasil	Deputado	Colbert Martins
Canadá	M. P.	Bev Shiple
Canadá	Senador	Terry Stratton
Chile	Deputado	Mario Bertolino
Chile	Deputado	Ricardo Rincón
Colômbia	Representante	Germán Blanco Alvarez
Dominica	M.P.	Gloria Shillingford
Equador	Congressista	Rocío Valarezo
México	Senadora	Adriana González Carrillo
México	Deputado	Jesús Ramírez
México	Senador	Ricardo García Cervantes
Panamá	Especialista	Gloria Young
Paraguai	Senador	Carlos Roger Caballero Fioro

### Grupo de Trabalho 3: Participação da Sociedade Civil no Fortalecimento da Democracia – Relatório Final e Recomendações

#### RELATÓRIO FINAL

Original: Espanhol

O Grupo de Trabalho sobre Participação da Sociedade Civil no Fortalecimento da Democracia se reuniu no Salão Rufino Tamayo do Hotel Marriot, na Cidade do México, nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2010, contou com a participação dos delegados do Brasil, Canadá, Chile, Equador, México e Paraguai.

O deputado do Canadá, o Sr. Randy Hoback, presidiu as sessões do Grupo que tinha como objetivos:

- O papel da sociedade civil para fortalecer a democracia
- Compartilhar as melhores práticas democráticas de cada país e procurar as melhores alternativas em conjunto
- Educação Cívica e Democracia
- O papel da sociedade civil como fundamento da democracia
- Crise da representação
- Como trabalhar com as agendas do governo e da sociedade civil em conjunto

#### APRESENTAÇÕES

Com o fim de cumprir estes objetivos, o Grupo de Trabalho assistiu às apresentações de dois especialistas na matéria: o Dr. Philip Oxhorn, Professor Fundador do Instituto de Estudos de Desenvolvimento Internacional da McGill University, e o Sr. Koebel Price, Conselheiro Principal do Programa de Participação Cidadã do Instituto Democrático Nacional (NDI). Suas apresentações e o debate são resumidos a seguir:

#### Sr. Koebel Price

Começou pela explicação sobre o que é o Instituto e que já trabalhou com 125 países, assim como de seu contato com diferentes atores políticos internacionais; explicou também que a organização tem um enfoque multi-regional. O Instituto não cria programas e, sim, promove os que são feitos a partir dos diferentes setores da sociedade, por isso conta com um amplo espaço para se desenvolver, por meio do Instituto procura-se reconhecer e ajudar a que os processos sejam justos.

Uma das idéias principais do Instituto é de zelar para que a voz da sociedade civil possa ser escutada. A prestação de contas tem um papel chave na credibilidade da sociedade.

Deixou clara a idéia de que espaços políticos como fóruns, basicamente de monitoramento, em que a sociedade civil tenha um papel importante devem ser criados. Esclareceu que em sua opinião as organizações ainda são a melhor forma de que as pessoas tenham voz, as quais devem ser escutadas no poder legislativo e discutir com eles para ratificar os resultados dos processos democráticos.

Acrescentou que os grupos da sociedade civil começam a impactar no setor parlamentar para aprovar leis e que as pessoas que trabalham nesse setor seriam de grande ajuda. Porém, ressalta que o perigo desta prática é que as organizações sejam envolvidas pelos partidos políticos e comecem a responder a outros interesses, diferentes daqueles com os quais começaram.

Afirmou que a prestação de contas pode derivar dos acordos, marcos ou estruturas que muitas vezes são obrigatórios e em outros casos deveriam sê-lo.

Posteriormente, foi aberto o debate durante o qual os parlamentares participantes puderam manifestar suas dúvidas e preocupações como:

Peter Julian, do Canadá, manifestou que, depois da eleição de Obama como Presidente dos Estados Unidos, este já não pôde continuar transmitindo sua mensagem como antes e manifestou sua preocupação por isto e gostaria de saber o que aconteceu. O Sr. Price mencionou que escuta essa pergunta com frequência e resumiu que as expectativas eram muito altas e que as pessoas estavam felizes pelas mudanças, não pelas políticas, as quais em muitos casos não eram sequer conhecidas.

Mauricio Rands, do Brasil, falou da crise da democracia representativa e sobre como desenvolver uma democracia participativa com instituições que cumpram tanto as expectativas diárias, como as dos valores.

Linda Machuca, do Equador, falou de como seu país sofreu uma tentativa de golpe de Estado e foi precisamente a sociedade civil que saiu de maneira espontânea a defender

seu presidente, o qual é um exemplo de uma sociedade organizada que não deve ser esquecido.

#### Dr. Philip Oxhorn

Destacou que a democratização e a sociedade civil que começou no Chile é resultado da organização de grupos sociais. E que, na atualidade, a América Latina é mais democrática, apesar de enfrentar crises mais difíceis, mas que tem a confiança de avançar. O mesmo acontece com os tipos de representação que há em cada estado/nação, nos quais é preciso lutar com muitas coisas, sobretudo a segurança e as instituições democráticas têm de ser vistas como uma solução, mas até agora são vistas como um estorvo para o avanço.

Manifestou que não devemos esquecer que a maioria dos jovens é diferente em cada lugar dependendo de circunstâncias próprias.

Manifestou que a falta de confiança por parte do governo é um problema para os bons governos e o papel que a sociedade civil representa é, por vezes, questionável e isso pode fazer a diferença; entende-se que é o centro dos alicerces da sociedade quando apresenta boa governança e deveria ser eficaz em todos os momentos.

Na segunda parte da apresentação considerou que se deve desenhar um novo estado de governo, no qual a cidadania/estado tenha um papel participativo. E, neste sentido, os líderes políticos devem estabelecer um laço de trabalho conjunto no qual a sociedade civil e os governos participem de maneira clara, descentralizando a participação, no qual as instituições não sejam vistas como mecanismos para alcançar um objetivo, sem hesitar.

Destacou que a sociedade civil deve mover a democracia, visto que a chave é ter mais espaços institucionais e maior transparência e, assim, o governo poderá aprender com seus fracassos e aplicar novas fórmulas de trabalho nas quais o público seja envolvido.

#### DISCUSSÕES

Concluindo sua participação, os parlamentares tiveram a oportunidade de intercambiar perguntas, ideias, pontos de vista e experiências nacionais e pessoais sobre a questão



da participação da sociedade civil no fortalecimento da democracia. Coincidiram que todos os países têm distintos exemplos do tema, mas que é fundamental levar em consideração as coincidências. Os parlamentares discutiram o grau do avanço com respeito a cada um dos países e as situações que levam a chegar a este ponto.

O Grupo de Trabalho sobre Participação da Sociedade Civil no Fortalecimento da Democracia se reuniu nos dias 17 e 18 de novembro de 2010 na Cidade do México.

O consenso do grupo foi que, em muitos aspectos, as sociedades democráticas das Américas estão em meio a uma crise de participação cidadã. O grupo de trabalho define “cidadão” como um membro da sociedade autorizado a usufruir dos direitos democráticos do Estado e que tem responsabilidades para participar nos âmbitos público e político. A participação foi definida como ter o acesso e a informação necessários para participar de modo significativo nas decisões que influenciam a vida cotidiana dos cidadãos.

Como Parlamentares do FIPA, acreditamos que a participação total do povo e das organizações da sociedade civil é de suma importância para o bem-estar das sociedades democráticas, para o desenvolvimento das pessoas e para a estabilidade nas Américas.

Dada a importância da participação total, especialmente dos grupos marginalizados, acreditamos que é de suma importância que os membros parlamentares do FIPA se comprometam a aumentar a participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil nos próximos cinco anos.

Em particular, a falta de expectativa dos jovens que vivem em setores de maior pobreza, a falta de confiança no sistema democrático e o sistema em geral os levam a não participarem da vida política.

## RECOMENDAÇÕES

*Adotadas pela Assembleia Plenária do FIPA de 17 a 19 de novembro de 2010.*

Com esta finalidade, propomos as seguintes recomendações:

1. Como parlamentares do FIPA, incentivamos nossos governos a realizarem um diagnóstico completo das barreiras existentes para a participação cidadã, em especial, com relação aos grupos que carecem de representação. Aqui deveria incluir-se uma pesquisa para saber quais países têm uma legislação que promove a participação cidadã. Uma vez que se faça esta pesquisa, esta deveria ser publicada.
2. Para promover uma participação democrática, as sociedades das Américas precisam criar um ambiente político favorável para a participação. Portanto, se propõe o desafio de desenvolver uma cultura cívica.
3. Os governantes e os parlamentares devem promover os processos de participação, os quais implicam mecanismos de consulta, debate e tomada de decisões por parte dos cidadãos. Os governantes também precisam melhorar sua capacidade de entregar os serviços e as políticas que a cidadania requer, com urgência.
4. Para promover a abertura das sociedades para a participação cidadã; deveríamos reformar o sistema educacional para incluir a educação cívica no programa de estudos. Também devemos envolver a mídia, o setor privado, os sindicatos e outras instituições importantes no processo.
5. Como parlamentares do FIPA, incentivamos as melhores práticas e uma total transparência, abertura e responsabilidades entre os governos das Américas. Uma atenção particular ao desenvolvimento de mecanismos institucionais corretos para conseguir isto.
6. Como parlamentares do FIPA, incentivamos nossos governos a implementarem as medidas possíveis para motivar a participação democrática nas Américas, proporcionando um apoio significativo aos pobres e à juventude carente de privilégios em nosso hemisfério.
7. Para incentivar os diferentes setores de nossa sociedade a participarem, deveríamos adotar mecanismos para o compromisso com grupos marginalizados, incluindo, mas se não limitando, mulheres, jovens, minorias étnicas, indígenas, deficientes, homossexuais e

idosos. Tal participação não deve ser limitada a organizações formais ou institucionalizadas, mas deve incluir também iniciativas cidadãos e movimentos sociais autônomos.

8. Para assegurar a participação em todos os setores, especialmente a participação dos jovens pobres, devemos considerar a necessidade de termos sociedades mais igualitárias e inclusivas.
9. O FIPA deveria patrocinar oficinas para que os parlamentares se familiarizem com as novas tecnologias e sua importância política, para chegar à juventude.
10. O FIPA deveria patrocinar oficinas sobre compromisso cívico e sua importância para a democracia.
11. Como parlamentares do FIPA, incentivamos que cada um de nossos parlamentos organize anualmente uma semana para discutir a participação cidadã.
12. Como parlamentares do FIPA, comprometemo-nos a incentivar os governos a criarem um espectro completo dos mecanismos de recursos para os cidadãos sempre que acontecer o uso indevido do poder ou da autoridade.
13. Com o fim de apoiar a participação cidadã e a manutenção da paz e da democracia nos estados das Américas, o FIPA deveria criar uma comissão de solidariedade para apoiar oportunamente os países cujas democracias são ameaçadas.

#### Presidente do Grupo de Trabalho

M.P. Randy Hoback  
Parlamento do Canadá

#### PARTICIPANTES DA SESSÃO DE TRABALHO

PAÍS		NOME
Brasil	Senador	José Nery
Brasil	Deputado	Mauricio Rands
Brasil	Deputado	Luiz Carlos Haully
Canadá	M.P.	Bev Shipley
Canadá	M.P.	Lawrence MacAulay
Canadá	M.P.	Nicole Demers
Canadá	M.P.	Peter Julian
Canadá	M.P.	Randy Hoback
Chile	Deputada	Cristina Girardi Lavín
Chile	Deputado	Germán Becker Alvear
Equador	Congressista	Gastón Alberto Gagliardo
Equador	Congressista	Linda Machuca Moscoso
Equador	Congressista	Lídice Larrea V.
México	Senadora	María Serrano Serrano
Paraguai	Senadora	María Digna Roa

#### Sexta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas — Relatório Final e Recomendações

##### RELATÓRIO FINAL

Original: Espanhol

A reunião de trabalho do grupo de parlamentares das Américas teve lugar no Hotel Marriott, na Cidade do México, na quarta-feira 17, na quinta-feira 18 e na sexta-feira 19 de novembro de 2010, com a participação dos delegados do Canadá, Chile, Dominica, Equador, Haiti, México, Panamá, Paraguai e Trinidad e Tobago.

A Congressista Linda Machuca Moscoso do Equador presidiu as sessões do Grupo.

##### APRESENTAÇÕES

O Grupo de Trabalho assistiu à apresentação de Gloria Young, Diretora do Centro de Estudos e Competências em Gênero. Sua apresentação e o debate são resumidos a seguir:

##### Sra. Gloria Young

O tema de sua exposição foi os Avanços, Problemas e Desafios da Participação Política Eleitoral da Mulher Afro-caribenha.



Ela mencionou que a relação histórica das mulheres com respeito a seu sexo, por sua origem étnico-racial, identidade de gênero, orientação sexual, idade, deficiência ou ambiente rural ou urbano onde moram, tem sido motivo de muitos estudos. Os organismos internacionais têm reconhecido a desigualdade em que vivem muitas populações como a dos afro-descendentes, constituindo assim um avanço político importante. As mulheres enfrentam numerosas formas de discriminação. Disse que as ferramentas internacionais têm um papel importante no desenvolvimento humano que inclui as mulheres afro-caribenhas, assim, é importante destacar que a partir de 1948, quando foi aprovada a Convenção para Prevenção e Sanção do Delito do Genocídio, a qual foi base em 1963 para a Declaração sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, se desenvolveu toda uma série de ações legais internacionais, que conseguiram impulsionar a criação e a consolidação das Redes de Mulheres Étnicas no nível internacional.

Em 1966, o dia 21 de março, foi declarado o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, e foi realizado o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Em 1973 a Convenção Internacional para a Repressão e o Castigo do Crime de Apartheid foi realizada e assim começou a Primeira Década da luta contra o Racismo e a Discriminação Racial (1973-1982) que nos leva à Primeira Conferência Mundial para Combater o Racismo e a Discriminação Racial em 1978 em Genebra, ainda que os movimentos de identidade das mulheres afro-caribenhas continuem lutando com esforços, tentando promover a demanda de políticas públicas específicas para seu setor.

Deve-se mencionar que a exclusão das mulheres afro-descendentes em nosso continente marca uma etapa diferente desde tantas conversas, pactos e conferências internacionais.

Com a inauguração da Segunda Conferência Mundial para Combater o Racismo e a Discriminação Racial, em 1983, em Genebra, o multiculturalismo como fenômeno social e global impõe uma dinâmica diferente ao tema da exclusão.

Ao final da Segunda Década da Luta Contra o Racismo e Discriminação Racial (1983-1992) e no começo de sua Terceira Década (1994-2003), as mulheres afro-caribenhas e afro-latino-americanas, em seus diferentes focos de organização e mobilização, já tinham concordado em contribuir com a procura de um sentido de pertencimento e da afirmação de uma identidade cultural.

Young enfatizou que um novo horizonte está próximo, já que as Conferências Contra o Racismo e a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, constituem o compromisso de mais de 100 Estados para ratificar a urgência de tomar medidas, não somente com respeito ao Apartheid, mas à discriminação de raça, sexo e intolerância.

Para alcançar a apropriação pessoal e política, às afro-caribenhas, assim como às indígenas, não lhes é exigida somente a mesma capacidade de liderança que a qualquer outro líder, mas também têm de cumprir com estereótipos raciais.

**Liderança:** a mesma capacidade de liderança que qualquer outro, assim como se enfrentar ao clientelismo político e ser firme frente aos votos de opinião.

**Diálogo Intercultural:** ir além do discurso étnico, olhando e consolidando o espaço étnico na política eleitoral, e também procurar o equilíbrio entre o acréscimo do multiculturalismo e o terreno político eleitoral. O fio condutor. Interesses comuns para dialogar.

**O tempo:** o tempo de decidir é agora. O tempo nos pressiona e devemos aprender a levantar fundos.

Fazer alianças com o movimento das Mulheres, com os grupos abertos de feministas, com as expressões coletivas que colaboram com a construção de uma sociedade mais igualitária, democrática e pluralista, com a Rede de Mulheres afro-latino-americanas e afro-caribenhas, onde participam organizações e mulheres negras de mais de trinta países da região e com a Rede de Mulheres Indígenas. Fazer alianças com associações cívicas e com os grupos étnicos locais organizados dos países é um passo importante para reagir. Desta maneira a diferença será reconhecida e valorizada, e inclusive, estendida.

A homogeneidade abre espaço a uma maravilhosa heterogeneidade, onde cabem as mulheres afro-latino-americanas, afro-caribenhas e indígenas.

É importante saber que uma nova cultura política está sendo imposta. Se durante anos os protagonistas masculinos do poder político têm imposto uma política cativa da economia, uma política autoritária, centralizada, que tem esvaziado o conteúdo dos sistemas democráticos, agora, os povos precisam de um novo estilo de liderança. Para que nos países a democracia realmente se aprofunde e consiga se estender, falta outro tipo de políticos(as). As mulheres têm uma grande oportunidade neste campo.

Revertendo o menosprezo, a negação, o estereótipo e a discriminação por conquistas efetivas no território eleitoral, nessa área a imagem é importante, mas as mulheres na política têm que desenvolver um discurso para chamar a atenção por ele. Da mesma maneira o discurso integra um plano de trabalho, um projeto político e uma visão ideológica.

O discurso da *multiculturalidade* é excedido pelos problemas integrais do país, por um universo de globalização. Produzir um discurso da diferença, a partir do olhar das mulheres, que deve ser um discurso a partir da inclusão e do fortalecimento do movimento étnico com eficácia e permanência.

O discurso cultural não deve nos confundir. O discurso político que se diferencia a partir da etnia pode ser rejeitado (*e de fato é, em muitas de nossas sociedades*), trata-se, melhor dizendo, de produzir um discurso da diferença desde o ponto de vista das mulheres. Nós, mais do que ninguém, sabemos convidar ao diálogo e escutar. Acrescentamos as pessoas a nossos projetos e em geral, tentamos não guardar ressentimentos. Somos mais dadas ao perdão (ainda que não ao esquecimento) e por essa razão, nós nos sentimos mais livres para chamar nossos adversários para uma mesa de trabalho ou para o diálogo.

Young reiterou que as mulheres são inclusivas e essa atitude é necessária para o exercício da política de hoje. Os políticos tradicionais costumam cobrar “favores” e “passar a perna” no adversário interno ou externo e inclusive, de

grupos de opressão. Nós, mulheres, temos um grau maior de tolerância, por esta razão podemos dialogar com maior facilidade, antes de rejeitar opiniões ou ações que não sejam de nossa própria iniciativa.

### Sra. Linda Machuca Moscoso

A presidente do Grupo de Mulheres proseguiu apresentando o relatório do encontro realizado em Quito, Equador, nos dias 11 e 12 de agosto de 2010, onde estiveram presentes 16 países com 45 parlamentares das Américas que analisaram o tema: “Mulheres no poder: Desafios para o século XXI”. Ela mencionou a publicação do livro que relata as memórias deste evento com suas expectativas, seus avanços e suas melhores práticas no caminho da inclusão das mulheres na política, assim como a Declaração de Quito, a qual recolhe algumas disposições do evento, que podem ser consultadas no site do FIPA. Foram citados “os dez mandamentos da Mulher Política na comunicação” para ganhar espaços e apresentar as idéias e as colaborações feitas por parte das mulheres parlamentares.

### DISCUSSÕES

Os participantes debateram questões relacionadas com a situação atual da participação da mulher na política e a problemática familiar que enfrentam, bem como a questão da confiança em sua capacidade e direito a exercer seu papel como representante política de homens e mulheres. Os participantes compartilharam alternativas de resolução que estão sendo realizadas em seus países como as de melhorar e facilitar a participação ativa das mulheres na política.

### Considerando:

- Que o grupo de Mulheres Parlamentares do FIPA, tem como objetivo fortalecer a liderança das mulheres na política através das ações permanentes de intercâmbio regional; promover a criação de condições para a igualdade de oportunidades, tendo como prioridade a luta contra a pobreza e a eliminação da discriminação laboral; fortalecer a democracia dos países da América, com o fim de conquistar a vigência dos direitos humanos e das condições que promovam um desenvolvimento social equitativo e defendível;



estimular a criação de mecanismos que incentivem a participação das mulheres na política; fortalecer a participação ativa das mulheres nos encontros de trabalho do FIPA, incorporando a perspectiva de gênero em cada um dos temas que analisa a organização.

- Que o grupo de Mulheres Parlamentares das Américas se reúna todos os anos com uma temática especial para ser tratada no Fórum do FIPA.
  - Que nos dias 17 e 18 de novembro de 2010, foi realizada no México uma reunião de trabalho onde foi explicada a análise sobre a discriminação e a dupla discriminação que sofrem as mulheres indígenas e afro-descendentes na América e como a discriminação é uma constante na participação das legisladoras das diversas latitudes.
  - Que nos dias 11 e 12 de agosto de 2010 no Equador foi realizado o encontro das Mulheres Parlamentares das Américas chamado: “Mulheres no Poder: Desafios para o Século XXI”. Evento onde foram assumidos os seguintes compromissos expressados na Declaração Final:
    1. Fortalecer as ações parlamentares e ampliar sua incidência com o fim de avançar de uma maneira sustentada dirigida ao cumprimento real dos direitos das mulheres.
    2. Trabalhar para assegurar a inclusão transversal da perspectiva de gênero nas gestões legislativas em todos e em cada um dos projetos de lei, para melhorar a posição dos direitos das mulheres e eliminar toda forma de exclusão.
    3. Promover reformas constitucionais para que a legislação interna concorde com os instrumentos internacionais a favor das mulheres, como são a Convenção Belém do Pará, a o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW por sua sigla em inglês) e a Plataforma de Pequim, com o fim de superar inconsistências de aplicação.
    4. Comprometer os parlamentares com propostas a favor das mulheres e da igualdade substantiva entre homens e mulheres como único caminho para impulsionar a transformação social.
5. Fortalecer a autoridade das mulheres mediante a integração com outras parlamentares e organizações de mulheres, dentro e fora do país, para trabalhar solidariamente e compartilhar experiências, conhecimentos e propostas.
  6. Realizar nossa gestão legislativa sob os princípios de um Estado e de uma ética laicos, para a construção de leis e para as ações de fiscalização em benefício de todas as mulheres a partir de sua diversidade e especificidade.
  7. Pedir às autoridades competentes a ratificação, subscrição e cumprimento dos instrumentos internacionais em matéria de direitos de meninas, adolescentes e mulheres.
  8. Criar mecanismos para que a participação das mulheres seja desenvolvida com base nos avanços substantivos de igualdade entre mulheres e homens no setor privado, de tal maneira que compartilhem responsabilidades domésticas e mais tempo seja liberado para que as mulheres possam ter uma maior participação e melhores níveis de aproveitamento dos direitos que estão restringidos pela dupla e tripla jornada.
  9. Compartilhar o trabalho legislativo e fiscalizador dos parlamentos com uma organização de mulheres e sociedade civil organizada, que possibilite uma verdadeira participação cidadã e rendição de contas.
  10. Fiscalizar os órgãos públicos sobre o cumprimento dos direitos das mulheres com base em suas competências.
  11. Garantir o acesso equitativo de homens e mulheres aos processos de comunicação social, com o fim de desterrar conteúdos sexistas e discriminatórios, através de uma abordagem comprometida com o exercício pleno dos direitos das mulheres, sua difusão e defesa.

- Reconhecemos que a falta de participação da mulher na ordem política e nestes espaços de discussão não são resolvidos unicamente com apoio para a criação dos filhos e por isso precisamos promover a co-responsabilidade entre os pais, especialmente como uma forma de colaboração com a mulher em suas diferentes tarefas relacionadas com o trabalho e a família.
- Devemos preparar uma temática para o novo Encontro de Mulheres Parlamentares das Américas em 2011.
- Estamos elaborando um planejamento de atividades do grupo parlamentar para o ano de 2011.

## RECOMENDAÇÕES

Adotadas pela Assembleia Plenária do FIPA de 17 a 19 de novembro de 2010.

Baseando-se nas deliberações da Reunião de trabalho dos dias 17, 18 e 19 de novembro que tiveram lugar na VII Assembleia do Fórum Interparlamentar das Américas na Cidade do México, e nas considerações expostas por este grupo, O GRUPO DAS MULHERES PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS faz a seguintes recomendações:

1. Criar uma rede de mulheres políticas que sirva como apoio e acompanhamento àqueles que participaram no passado e àqueles que participam na atualidade nos espaços de eleição popular. Com o fim de desenhar estratégias de autoridade, começando por desarticular os obstáculos que impedem uma efetiva participação eleitoral, aproveitando o capital político acumulado das mulheres que estiveram anteriormente nos Parlamentos.
2. Organizar, a partir do espaço do FIPA uma escola de formação política internacional de competências para as mulheres parlamentares, com o objetivo de atingir ações parlamentares de qualidade a partir de uma perspectiva de gênero, onde as parlamentares desenvolvam as habilidades necessárias para formular projetos legais de impacto em seus países e o seguimento deles, assim como o esboço de métodos para a efetiva comunicação com os/as eleitores, desenvolvimento de mensagens, trabalho com a mídia e outros aspectos importantes do desenvolvimento parlamentar.
3. Solicitar que nos eventos futuros, a agenda do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas estabeleça igualdade de importância para a análise dos assuntos de gênero nas reuniões parlamentares. Particularmente nos assuntos que tratam do uso do tempo, metodologia e promoção da participação.
4. Renovar os assuntos a serem tratados nos Encontros de Mulheres, superando a análise da situação para se concentrar nas propostas e nas estratégias.
5. Efetuar ações com a fim de que o Grupo de Mulheres do FIPA possa estabelecer uma relação mais direta com outras organizações parlamentares afins.
6. Aprovar plenamente o conteúdo da Declaração de Quito emitida pelo Grupo de Mulheres Parlamentares em agosto de 2010.
7. Vigiar a implantação das políticas públicas implementadas por nossos países, que contribuam para conciliar o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho nos espaços públicos.
8. Promover em nossos países novas práticas educativas, com as quais as novas gerações possam desenvolver uma mudança das práticas e dos papéis que têm sido atribuídos exclusivamente às mulheres.
9. Organizar outras atividades além do Encontro Anual do Grupo de Mulheres do FIPA, para envolver as mulheres dos parlamentos das Américas nos diferentes países.
10. Construir e fortalecer as relações entre as mulheres parlamentares das Américas e as Redes de Mulheres Afro-caribenhas, Afro-latino-americanas e a Diáspora, igualmente com a Rede de Mulheres Indígenas a fim de discutir, intercambiar, avaliar a situação de discriminação, violação de direitos humanos, pobreza e subordinação cultural que perecem as mulheres na América Latina e no Caribe.
11. Desenvolver ações de seguimento aos compromissos e recomendações assumidas pela participação do grupo parlamentar.



### PRESIDENTE DO GRUPO DE TRABALHO

Linda Machuca Moscoso

Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares e

Congressista da Assembleia Nacional do Equador

### PARTICIPANTES DA SESSÃO DE TRABALHO

PAÍS		NOME
Canadá	M.P.	Earl Dreeshen
Chile	Deputada	Cristina Girardi Lavín
Chile	Deputada	María Angélica Cristi Marfil
Dominica	M.P.	Gloria Shillingford
Equador	Congressista	Gastón Gagliardo
Equador	Congressista	Lídice Larrea
Equador	Congressista	Linda Machuca Moscoso
Haiti	Senadora	Edmonde Beauzile
Haiti	Senador	Jean Baptiste Willy
México	Senadora	Adriana González
México	Senadora	María Serrano
Panamá	Deputada	Dana Castañeda
Paraguai	Senadora	María Digna Roa
Trinidad e Tobago	M.P.	Dr. Fuad Khan

## Apêndice 6—Resoluções e Declarações da Sétima Assembleia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA)

### Resolução FIPA/PA7/2010/RES.1: Vaga no Comitê Executivo para a sub-região da América do Norte

*Aprovada pela Assembleia Plenária do FIPA em 17 de novembro de 2010.*

Reconhecendo a importância da Liderança da América do Norte para alcançar os objetivos do FIPA no âmbito internacional e no Comitê Executivo do FIPA, e

Uma vez que os Estados Unidos da América não estão presentes, nem no Comitê Executivo, nem em outras atividades do FIPA, e embora tenham sido eleitos na última Assembleia Plenária,

A Assembleia Plenária do FIPA:

RESOLVE, por votação, nomear o México para ocupar a vaga que ficou livre com a saída dos Estados Unidos, para o que resta do mandato de dois anos, o qual prescreverá na 8ª Assembleia Plenária do FIPA.

### Resolução FIPA/PA7/2010/RES.2: Ampliando o uso de “FIPA-ParlAmericas”

*Aprovada pela Assembleia Plenária do FIPA em 19 de novembro de 2010.*

Reconhecendo a importância de promover a integração e a participação parlamentar no sistema interamericano e de contribuir para o diálogo interparlamentar que trata das questões incluídas na agenda hemisférica; e

Convencida da crescente importância do FIPA para o trabalho dos parlamentares no continente americano;

Considerando que redundaria em nosso próprio interesse que o nome e a marca do FIPA sejam mais conhecidos; e

Consciente das obrigações legais e contratuais que a denominação jurídica “FIPA” tem na atualidade;

A Assembleia Plenária do FIPA:

RESOLVE que, sempre que for possível, o FIPA deve ser dado a conhecer como FIPA-ParlAméricas.

### Resolução FIPA/PA7/2010/RES.3: Paraguai com dois assentos no Comitê Executivo

*Aprovada pela Assembleia Plenária do FIPA em 19 de novembro de 2010.*

Reconhecendo que o Paraguai foi eleito para integrar o Comitê Executivo na 6ª Assembleia Plenária por um prazo de dois anos;

Uma vez que o Paraguai assumirá a função de País anfitrião da 8ª Assembleia Plenária, com vigência a partir da 7ª Assembleia Plenária, e que em tal caráter se converterá em membro pleno do Comitê Executivo; e

Consciente de que o Chile está interessado em representar a sub-região da América do Sul no Comitê Executivo;

A Assembleia Plenária do FIPA:

AUTORIZA o Comitê Executivo a celebrar um acordo com o Paraguai, para que este país transfira seu cargo, como representante da sub-região no Comitê Executivo, para o Chile. Nesse caso, o Chile desempenhar-se-ia nesse cargo durante o resto do mandato, ou seja, até a 8ª Assembleia Plenária.

### Declaração FIPA/PA7/2010/DEC.1: Condenar a Violência no Equador

*Endossado pela Assembleia Plenária do FIPA em novembro de 2010.*

#### AO CONSIDERAR:

Que a comunidade internacional e, em consonância, as organizações intergovernamentais e internacionais se manifestaram em relação aos acontecimentos atentatórios à democracia, suscitados em 30 de setembro passado na República do Equador;

Que de maneira especial e de forma oportuna o Conselho Permanente da OEA, ao repudiar esses feitos e oferecer seu respaldo ao Presidente Constitucional Rafael Correa Delgado, fez um enérgico chamado à força pública e aos setores políticos e sociais para respeitarem a ordem democrática, a paz e a segurança pública;

Que o Fórum Interparlamentar das Américas, através de seu Presidente Luiz Carlos Haully, de forma oportuna deplorou a violência e a anarquia, manifestando seu apoio à Assembleia Nacional e ao governo constitucional;



#### RESOLVE:

1. Rechaçar de forma enérgica todo ato ou situação criado nos países das Américas, que tenham a intenção de impor poderes fácticos ou governos ilegítimos pela força.
2. Respaldar o Presidente da República do Equador Rafael Correa Delgado, legítima e democraticamente eleito.
3. Propiciar um ambiente de diálogo com os países irmãos das Américas para atuar de forma conjunta na manutenção da democracia e da paz em todos e cada um dos países.

## Apêndice 7— Membros do Comitê Executivo do FIPA 2010–2011

Cargo	Nome do Delegado Parlamentar	País	Período
Presidência	Luiz Carlos Haully, Membro da Câmara de Deputados	Brasil	2009 a 2011
América do Norte	Randy Hoback, Membro do Parlamento	Canadá	2010 a 2012
	Adriana González Carrillo, Senadora	México	2010 a 2011
América Central	Disponível	Disponível	2010 a 2012
	Víctor Julio III, Membro da Assembleia Nacional	Panamá	2009 a 2011
Caribe	Edmonde S. Beauzile, Senadora	Haiti	2010 a 2012
	Rosemarie Husbands-Mathurin, Porta-Voz do Parlamento	Santa Lúcia	2009 a 2011
América do Sul	Germán Alcides Blanco, Representante	Colômbia	2010 a 2012
	Alberto Grillón Conigliaro, Senador	Paraguai	2009 a 2011
País Anfitrião da Assembleia Plenária	Alberto Grillón Conigliaro, Senador	Paraguai	2010 a 2011
Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas	Linda Machuca Moscoso, Membro da Assembleia Nacional	Equador	2009 a 2011
Ex-Presidente do FIPA	Céline Hervieux-Payette, Senadora	Canadá	2006 a

Secretária Executiva: Gina Hill

